



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES/CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA/PPGDH

**“NÃO QUERO VER, MAS QUERO QUE ACONTEÇA”:
Linchamento, punição e justiça em uma comunidade negra em São Luís
do Maranhão.**

PAULO VICTOR SILVA PACHECO

BRASÍLIA/DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES/CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA/PPGDH

**“NÃO QUERO VER, MAS QUERO QUE ACONTEÇA”:
Linchamento, punição e justiça em uma comunidade negra em São Luís
do Maranhão.**

PAULO VICTOR SILVA PACHECO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

BRASÍLIA/DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES/CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA/PPGDH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**“NÃO QUERO VER, MAS QUERO QUE ACONTEÇA”:
Linchamento, punição e justiça em uma comunidade negra em São Luís
do Maranhão.**

Paulo Victor Silva Pacheco

Orientadora: Dra. Rita Laura Segato

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita Laura Segato (UnB)

Profa. Dra. Marianna Assunção Figueiredo Holanda (UnB)

Prof. Dr. Wanderson Flor Nascimento – PPGDH/CEAM UnB (UnB)

Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro (SUPLENTE)

BRASÍLIA/DF

2019

A Albino Domingos Pacheco, meu pai, e a Sillas Ribamar, meu primo, em nome de quem saúdo a memória e o legado de todas as vidas negras arrancadas cedo ou muito cedo de nosso convívio.

Resumo

Muitas são as faces da violência urbana brasileira e isso demanda ações plurais e reflexão crítica por parte da sociedade e do poder público para mitigação dos problemas que se apresentam. Dentre essas faces, o linchamento, fenômeno que tem acometido cada vez mais o cotidiano das grandes cidades brasileiras, apresenta-se comumente como ação violenta e abrupta da população em reação às pessoas que, segundo a própria população, possam ter transgredido alguma norma, tácita ou explicitamente estabelecida. Entretanto, a hipótese que gerou esta dissertação é a existência de uma teia de relações comunitárias que endossam o linchamento enquanto componente de um enredo mais amplo, cuja compreensão tem como elementos centrais as relações internas à vida das comunidades onde o linchamento é mais comum, as relações de gênero e o contexto racial. Assim, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica de seis meses de duração (entre janeiro e agosto de 2018) ocorrida em um bairro negro da cidade de São Luís, no Maranhão, e buscou se aprofundar na sua vida cotidiana a fim de encontrar elementos que possam substanciar a compreensão do linchamento enquanto fenômeno social. A dissertação contextualiza a comunidade pesquisada dentro da dinâmica da cidade de São Luís - situando-a enquanto um bairro eminentemente negro -, desvela as dinâmicas de interação entre seus moradores - sendo as calçadas e esquinas o grande espaço de troca - , traz o relato sobre os vários acontecimentos ocorridos no bairro que reforçam o caráter solidário da sua vida comunitária, e descreve os casos em que os linchamentos apareceram como caminho visualizado e por vezes tomado pela população, ocorridos mais proximamente no bairro pesquisado assim como em outros locais na cidade de São Luís e no interior do estado, em razão da sua repercussão geral. A pesquisa etnográfica em interlocução teórica com os conceitos de necropolítica, raça, colonialidade do poder e masculinidade permitiu refletir que, em resumo, encontram-se indícios para compreender o linchamento como uma das faces do genocídio negro provocado pelo Estado que, por diversos meios, extermina as chances de existência coletiva e política da população negra.

Palavras-chaves: Linchamento; Necropolítica; Racismo; Masculinidade; Comunidade Moral; Maranhão.

Abstract

Many are the sides of Brazilian urban violence, which demand diverse actions and critical thinking on the part of society and public authorities towards the mitigation of the presented challenges. One of these sides is lynching, a phenomenon that has affected more frequently the daily life of the great Brazilian cities and that is presented as violent and abrupt popular action in reaction to individuals who may, according to popular assertion, have infringed any rule, tacitly or explicitly established. However, the hypothesis that generated this dissertation is the existence of a web of community relations that endorse lynching as a component of a broader plot whose central elements for understanding are the internal relations to the life of the communities where lynching is most common and the relations of gender and the racial context. Therefore, this dissertation is the result of a six-month ethnographic research (from January to August 2018) carried out in a black neighborhood of São Luís, in Maranhão, attempting an immersion into daily life in order to unveil elements that may substantiate the understanding of lynching as a social phenomenon. The dissertation contextualizes the community researched within the dynamics of the city of São Luís – situating it eminently as a black neighborhood –, unveils the dynamics of interaction among residents – considering sidewalks and corners the greatest spaces of exchange –, presents a report on various occurrences in the location that reinforce the solidary aspect of community life, and describes cases when lynching was a way of action considered and at times taken by the population – having occurred not only in the researched neighborhood but also in other areas of São Luís and in the countryside due to general repercussion. The ethnographic research, aligned with the concepts of necropolitics, race, coloniality of power and masculinity, allowed the reflection that, in summary, there are indications to understand lynching as one of the faces of black genocide articulated by the State, which, by various means, exterminates the chances of collective and political existence for the black population.

Key words: Lynching; Necropolitics; Racism; Masculinity; Moral community; Maranhão.

Agradecimentos

É preciso agradecer. Agradeço à minha mãe, Lisania, ao meu pai, Albino, pela dedicação e torcida a cada desafio superado, a cada sorriso e lágrima compartilhada, a cada ensinamento singular que me fizeram entender o que amar significa. Agradeço a Babi e Pedro, meus irmãos, meus pequenos.

Agradeço à minha companheira, dona do meu amor, Aline, pelas trocas e pelos cuidados, principalmente na reta final de finalização deste trabalho. Sem ela não seria possível.

Agradeço à família, gigante, preta, maranhenses, da Vila, que me ajudou em tantas formas possíveis no trabalho de campo que não seria possível enumerar aqui. Minha família, minha ancestralidade, razão pela qual a Ilha do Amor para mim, de fato, merece esse nome.

Agradeço à Rita Laura Segato, minha orientadora, pela generosidade, partilha de conhecimento e experiências, solidariedade política e leveza na luta, que abraçou há mais de 10 anos atrás essa intenção de pesquisa.

Agradeço à Dalila Negreiros, minha grande amiga, leitora atenta. Agradeço ao meu irmão Murilo Mangabeira, Daniel Santos, Cecília Cândida. Agradeço ao querido Felipe Freitas, Uila e Jana, Danilo, João Marcelo e tantos outros amigos e amigas que me ajudaram a entender que daria certo.

Agradeço ao corpo técnico e docente do PPGDH, na pessoa de Anne Braga, sempre prestativa e atenciosa. Agradeço aos meus queridos e queridas amigas da 5ª turma do Mestrado do PPGDH, pelas trocas e pelos momentos de intenso aprendizado e conexão política: Ana Cortez, Ana Teresa, Cristiane, Erina, Francisco, Guilherme, Henrique, Jósimo, Juliana, Lucas, Luciana, Mayane, Renata, Renata Staud, Rodrigo, Sávio. Um abraço especial para Júlio Lisboa e Aline Cristina, Maíra, Nailah.

Agradeço à Maria de Lourdes Teodoro e à família Ilê Oni Bo Ara Iko, na figura de Pai Ricardo, que me ajudaram a entender que meu orí é a coisa mais valiosa que tenho. *Mo dúpẹ ịwọ orişa èmi asegun.*

Sumário

Introdução.....	9
1. Capítulo 1 - Notas metodológicas.....	19
1.1 A escolha etnográfica	19
1.2 Torcendo o conceito de linchamento	26
1.3 A família e a pesquisa.....	29
2. Capítulo 2 - A Ilha, a Vila e suas pessoas.....	31
2.1 A Ilha.....	31
2.2 A Vila	33
2.2.1 “Ladrão aqui não atravessa não...”	36
3. Capítulo 3 – Os casos e contos sobre linchamento da vila e da ilha.....	47
3.2 Linchamentos na Ilha.....	52
3.2.1 Linchamento na Mangaba – janeiro de 2018.....	54
3.2.2 Linchamento na Vila – Março de 2018.....	55
3.2.3 Linchamento na Forquilha – março de 2018.....	56
3.2.4 Linchamento no bairro São Francisco – abril de 2018	57
3.2.5 O “tribunal do crime” – julho de 2018	59
3.3 No interior	59
3.3.1 Araiases – Junho de 2018	60
3.3.2 São João do Soter – Junho de 2018.....	61
3.4 O caso à parte: Femicídio de Maria	61
3.5 A Mangaba e a Facção.....	65
4. Capítulo 4 – A raça e o império dos homens.....	69
4.1 A raça	71
4.2 O império dos homens.....	84
5. Considerações finais.....	90
Referências Bibliográficas.....	97

Introdução

Tomo a liberdade de começar, de maneira alegórica, por um relato de um acontecimento ocorrido já no fim da pesquisa de campo que culminou nesta dissertação e que me fez retomar alguns questionamentos que, pelo andar da pesquisa, na época do ocorrido, me fizeram acreditar que eu os havia superado.

O mês de junho é o mês dos festejos juninos. Época em que a cidade de São Luís respira vivamente suas festas e brincadeiras. Excetuando-se algumas brincadeiras juninas como a quadrilha e a dança portuguesa, tudo é Bumba-Meu-Boi no meio do ano. A “brincadeira” (como os próprios ludovicenses falam) do Bumba-Meu-boi se funda por meio de uma história mítica que, aparando-se as arestas das muitas versões e, privilegiando as vozes maranhenses que me guiaram nesta pesquisa, segue mais ou menos esse caminho: Numa fazenda de gado ainda nos tempos da escravidão colonial, um homem negro escravizado de nome Francisco mata um boi de estimação de seu senhor (também dono da fazenda) para satisfazer o desejo de sua esposa grávida, Catarina, que deseja comer a língua do boi. Quando descobre a morte do animal o senhor fica furioso e, após investigar entre seus empregados e escravos, descobre o autor do crime e obriga Francisco a trazer o boi de volta ou sofreria graves consequências. Recorrendo à sua fé ao santo católico São João (e, segundo outras versões, aos pajés e curandeiros), Francisco promete ao santo que, caso o boi ressuscite, naquele e em todos os próximos anos ele faria uma festa em comemoração ao milagre. E pelo visto, o boi ressuscitou.

No dia 09 de junho de 2018, fui assistir ao ensaio do Bumba Meu Boi de Maracanã, ocorrido na sede do Boi situada no bairro do Maracanã, zona rural de São Luís. No ensaio se dança com os trajes típicos e se cantam as cantigas que animarão o Boi por onde ele se apresentar durante o período junino. Uma outra parte do ensaio é uma encenação do mito que descrevemos acima. O dono do boi (do mito) era representado pelo próprio cantor e presidente do Boi do Maracanã, que se chama Ribinha e que interpreta, junto com os capatazes, a

caçada ao Francisco, que era o culpado de o boi estar morto. A destoante cena que se segue me chamou atenção e me colocou, mesmo naquele momento de descontração, novamente frente aos questionamentos mais centrais desta dissertação.

Quando o Francisco é capturado pelos capatazes da fazenda, o dono do boi ordena que ele se posicione no centro de uma roda formada pelos capatazes. O dono do boi questiona Francisco se foi ele quem dera fim à vida do boi, ao que o próprio responde negativamente. O dono do boi então o chama de mentiroso e ordena que os capatazes espanquem Francisco, o que é feito efusivamente pelos atores que interpretam os capatazes e usam panos com nós nas pontas para simular chibatadas ou porretes. O público ri. O interrogatório e a sessão de espancamento ainda se repetiram umas outras vezes e o público se divertia com o ator que sofria os golpes, e com os algozes que desferiam com força justamente para conferir verossimilhança e fazer na encenação o público interagir, achar engraçado.

Como já havia visto este ato algumas vezes e conhecia o mito do Bumba-Meu-Boi do Maranhão, me questionei sobre quando passou a fazer parte do enredo mais conhecido a cena de espancamento de Francisco, que era desconhecida por mim, e na hora não soube ao certo o que as pessoas achavam daquilo, mas não houve nenhum comentário de questionamento da versão apresentada por inúmeros motivos: pode ser que o ato encenado pelos vários grupos de bumba-meu-boi façam suas próprias versões, o que faz com que não fique assim ressaltado uma ou outra “novidade” no enredo; pode ser que não seja exatamente a parte mais importante, para aqueles que lá estão, de toda a comemoração, o que pode permitir que seja feito um ou outro floreio na encenação, sem muito critério, entre outros.

Mas justamente onde menos se esperava, em um momento de diversão coletiva proporcionado por uma tradição de séculos que é o bumba-meu-boi, a cena de espancamento estava presente. E eu, com olhos ressaltados, me peguei pensando por quantos meios mais as formas de expressão das concepções locais sobre punição, justiça, e castigo entre os ludovicenses se apresentariam

para mim, naquele chão. Quantas vezes mais me depararia com a complexa simbiose entre mito e rito, que fazem as sociedades serem o que são e comunica suas concepções e caracteres mais internos, e me fizeram àquela altura de 2018, voltar várias vezes naquilo já realizado na pesquisa de campo, me questionar sobre métodos, e técnicas, rever paradigmas teóricos e pressupostos.

Não só pelo ato visto, percebi que haveria espaço para se desenhar mais firme o lugar central da punição, do castigo coletivo o que se materializa cotidianamente como o linchamento (e os múltiplos significados e sentidos do mesmo) na vida cotidiana na cidade de São Luís esse “desvio” da conhecida história mitológica do bumba-meu-boi, realizado na encenação para o público, me fez recolocar o lugar central da punição, do castigo, do linchamento dentro de algumas comunidades periféricas do país mas neste caso, na cidade de São Luís, no Maranhão.

Todavia, a minha história com este objeto de pesquisa não começou recentemente. A primeira vez que tive contato com o tema dos linchamentos foi em 2007 de maneira bastante visceral. Eu estava de férias universitárias em São Luís do Maranhão, cidade na qual tenho familiares e frequentemente visito, mais especificamente um bairro pequeno no centro, que foi onde também realizei grande parte do trabalho de campo desta pesquisa.

Em uma manhã tranquila, de repente, escutam-se os brados de “Pega ladrão!” e se inicia um grande alvoroço na rua. No alto da ladeira da rua onde ficava a casa da minha tia, onde eu estava hospedado, muitas pessoas já se encontravam cercando três jovens que foram interceptados por moradores por supostamente haverem cometido um assalto em bairro vizinho.

Enquanto a polícia não chegava os moradores desferiam golpes contra eles, aplicando toda sorte de castigo, fazendo-os sangrar. Eu, de longe, observava a cena, e temia pelo pior: o descontrole das ações e a morte dos jovens. Entretanto, com a rua já cheia de pessoas, chegou uma viatura de polícia e encaminhou os garotos para a delegacia.

Este acontecimento me pôs a pensar sobre como era viva a cena de violência da cidade nos relatos das pessoas com quem estive em anos anteriores

e estava naquela oportunidade interagindo. Ao se perguntar sobre a cidade, a primeira menção que merecia lembrança por parte das pessoas era o fato de a cidade estar violenta em razão da quantidade de roubos e assaltos, mas que, contrariando a regra geral da cidade, no bairro onde residiam as *coisas eram diferentes porque ali, os bandidos não se atreviam*. Em geral, seguido dos relatos sobre “como a cidade estava violenta” e do adendo de que a exceção era sempre o próprio bairro, seguiam – sem que eu os instigasse – um sem número de relatos dos casos em que supostos criminosos foram castigados, linchados e por vezes mortos pelos moradores.

Estes inúmeros relatos somados ao tenso testemunho ocular do linchamento relatado inevitavelmente provocaram em mim a curiosidade do fazer científico, o interesse em considerar o tema como objeto de estudo, ainda na graduação em Ciências Sociais. A partir de então, passei a pesquisar o tema e registrar as notícias sobre os casos ocorridos em São Luís e no Maranhão, mas também textos e reflexões sobre o tema em si.

Os registros dos últimos anos da grande mídia apontam para a compreensão de que o linchamento é uma prática muito mais corriqueira do que se supõe, com casos emblemáticos e de grande repercussão por todo o estado do Maranhão e no Brasil e tem suscitado inúmeras reflexões por parte da academia. Compreendido invariavelmente dentro do campo de estudos sobre a violência, o linchamento tem sido explicado por uma gama de causas e relações: as configurações locais da violência urbana, de maneira ampla; o papel da mídia na reprodução das notícias sobre esse tipo de fenômeno; a ação ou omissão dos agentes públicos da área de segurança pública somadas à consequente necessidade de respostas da população às ausências institucionais; as fraquezas no exercício da cidadania e da defesa dos direitos humanos; ou os fatores econômicos, urbanos locais e os processos endógenos das comunidades nos quais o fenômeno do linchamento tem sido pesquisado, entre outros tantos. As pesquisas realizadas mostram que o fenômeno merece ser explicado por essa complexa rede de fatores e por ser o linchamento um índice do quadro de violência no qual ele se insere.

Os dados existentes sobre os linchamentos configuram o fenômeno como endêmico, fazendo o Brasil ser o país com a maior frequência de linchamentos no mundo. Segundo José de Souza Martins, aproximadamente um milhão de pessoas participou de pelo menos um ato ou tentativa de linchamento nos últimos 60 anos. O autor estima também que, atualmente, ocorrem no mínimo quatro linchamentos ou tentativas de linchamentos por dia, no Brasil (MARTINS, 2015).

Dentro do contexto latino americano também são graves os números recentes sobre a ocorrência de linchamentos. Um recente estudo do Barômetro das Américas¹, mapeia que a aceitação para ações de justiça com as próprias mãos vem crescendo na última década (ZIZUMBO-COLUNGA, 2015) e, acompanhando esse movimento, destacam-se os aumentos de casos de linchamentos na Venezuela² e no México. Neste último, a Comissão Nacional de Direitos Humanos daquele país publicou um vigoroso estudo em que informa que entre 2015 e 2018 foram registrados 336 casos de linchamentos que resultaram em 561 vítimas, sendo que destas 271 foram registradas em 2018 (COMÍSION, 2019).

Em que pese não exista de maneira sistematizada a compilação de dados quantitativos sobre linchamento no Brasil ou no Maranhão, o que se sabe sobre as ocorrências de linchamento em São Luís demonstram uma realidade gravíssima. A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)³ estima que entre 2013 e 2015 a cidade de São Luís manteve a média mensal de um linchamento com vítimas fatais por mês, desconsiderados os números de várias

¹ Barômetro das Américas é um periódico, do Projeto Opinião Pública da América Latina, que ocorre em 34 países no Hemisfério Ocidental, com amostras estratificadas de representantes nacionais em cada país, contendo um questionário central comum e módulos específicos para cada país.

² O site Insight Crimes, fundação que se destina a estudar o cenário da violência e a atuação do crime organizado na América Latina, reuniu dados e publicou matéria informando que apenas no ano de 2016 os linchamentos na Venezuela aumentaram 650% (LINCHAMIENTOS, 2017).

³ A organização não governamental Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) produziu em 2015, muito em parte motivada pela repercussão do linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva, no bairro do São Cristóvão a nota técnica "Mortes violentas intencionais na Grande São Luís (2015)" em que consta uma sessão sobre os casos de linchamentos. O documento foi produzido a partir do monitoramento de veículos de comunicação e da análise de relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA). A nota está disponível em <http://smdh.org.br/wp-content/uploads/2016/06/nota-tecnica-smdh-mortes-violentas-na-rm-sao-luis-dezembro-2015.pdf> (consultada em setembro de 2016).

dezenas de espancamentos e agressões que não resultaram em morte ou linchamentos que não foram possíveis de ser contabilizados. Esses dados são gravíssimos quando olhamos para esse número ao lado do dado de que ocorre em média um linchamento por dia no Brasil (Martins, 2015). Segundo esta mesma nota houve ainda em 2015, um “efeito cascata” nas ocorrências dos linchamentos, muito em virtude da repercussão internacional de um linchamento ocorrido em julho de 2015⁴. Os números alarmantes tampouco aparentam ser motivo de priorização da agenda pública por parte dos poderes institucionais.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSPMA) informou⁵ que o número de homicídios em decorrência de linchamentos na Grande São Luís para o mesmo período (2013 a 2015) foi de 17 mortes e apenas em 2016 existiram 12 mortes. Os números divergem, mas podemos arriscar a interpretação de que existiu em São Luís, após o ano de 2015, segundo os dados da SMDH e da SSPMA um aumento dos casos nos últimos anos.

Do lado destes dados, existem outros que pesam sobremaneira para o intuito desta pesquisa que logo mais discorreremos sobre. Uma das formas hegemônicas de mensurar a violência de um lugar é considerar a taxa do número de homicídios como um índice. Um dos últimos dados sobre a cidade de São Luís a esse respeito a qualifica como uma das cidades mais violentas do país⁶. Quando considerados dados sobre a cor dos indivíduos que morrem assassinados, os dados também mostram a prevalência incontestável da população negra e jovem como a principal vítima de violência⁷, considerando

⁴ O assassinato em questão ocorrido em 2015 foi de Cleidenilson Pereira da Silva, que era o jovem negro, e que antes de ser morto foi despido e amarrado em um poste, para que o castigo fosse realizado. Nos deteremos sobre o ocorrido mais adiante no texto.

⁵ Indagou-se em 2/03/2018 a Secretaria por meio de solicitação enviada à Ouvidoria do órgão por eletrônico, protocolado com o nº 65381.000045/2018-20, que gerou o Ofício nº 2356/2018 enviado pela área-fim (Unidade de Estatística e análise Criminal da UEAC/SSPMA), respondido em 24 de setembro de 2018.

⁶ Segundo dados do Mapa da Violência de 2016 que utiliza os dados do Ministério da Saúde do Sistema de Informações de Mortes (SIM/DATASUS), São Luís apresentou uma taxa 67,1 homicídios provocados por arma de fogo (por 100 mil habitantes) em 2014. Os dados estão disponíveis na publicação do Mapa da Violência, organizado pela FLACSO em parceria com Julio Waiselfisz. Em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf (consultada em setembro de 2016).

⁷ Segundo dados do Mapa da Violência 2012 – A cor dos Homicídios no Brasil, organizado pela FLACSO em parceria com Julio Jacobs Waiselfisz 70% das mortes por agressão registradas em São Luís, no ano de 2010 eram de pessoas negras. Em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf (consultado em setembro de 2016).

ainda que São Luís é uma das cidades mais negras, no país⁸. Os dados mais atuais e mais completos se referem a realidade por Unidade Federativa e foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁹. Segundo esses dados, a taxa de morte de homens negros de 2006 para 2016, foi de 31,38 para 71,42 mortes por 100.000 habitantes. Além disso, um dado que muito recentemente vem sendo explorado em pesquisas qualitativas, mas que persiste desde quando passou a ser computado é a questão do perfil dos homicídios quando se considera a questão do gênero. A maior vítima de homicídio no país é o homem. No Maranhão, quando se considera a série histórica de 2006 a 2016 para as taxas de homicídios, aproximadamente 93% dos homicídios são de homens. Em média, os homens negros correspondem a 87% destes homicídios.

Considerando estas informações, é incontornável enquanto fator componente e catalisador da violência perpetrada na sociedade, a premência da configuração e dos papéis estabelecidos para a sociedade com base no gênero e na raça. É o exercício das hierarquias com base na ideia social de raça e na ideia dos papéis de gênero que possibilita e possibilitou desde seus primeiros momentos de existência, com que a sociedade brasileira distribuísse desigualmente os privilégios e os sentidos de “humanidade”. E foi por este caminho que esta pesquisa foi desenvolvida. Procurou-se conectar um fenômeno intimamente vinculado ao cotidiano do país, intrínseco principalmente a configuração urbana, componente do cenário violento que projeta e define a sociedade com base nas hierarquias históricas que tem como matéria-prima a condição racial e de gênero.

Uma breve análise da produção sobre o tema, a consideração sobre o racismo, em grande parte dos trabalhos pesquisados, se remete apenas alegoricamente aos dados sobre a prevalência de pretos e pardos como pessoas linchadas. Também, neste sentido, quando se mira de maneira geral o fenômeno

⁸ Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população negra de São Luís (declarados pretos e pardos) é de 70% (IBGE, 2010).

⁹ Os dados foram coletados no Portal do Atlas da Violência feito pelo IPEA. A fonte dos metadados é do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde, considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35,Y36 (intervenção legal). Em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Consultado em setembro de 2018.

da violência, são negligenciadas, no cânone, as interpretações que centralizam as relações de gênero e sobre as interlocuções entre a condição de gênero, estabelecida socialmente, e a autorização social de aplicar a violência, em uma sociedade marcadamente machista e patriarcal. O fenômeno do linchamento, entendido dentro deste campo mais amplo da violência, não foge à regra.

A aposta que lançamos mão é que o linchamento, enquanto fenômeno empírico em nossa sociedade, apresenta elementos para que os componentes raciais e de gênero, que estofam a nossa realidade, possam ser centralizados para desvelar outras faces do próprio fenômeno e da violência em geral. Para além disso, em um segundo nível de análise, também apostamos que a perversão de aplicar e de sofrer o castigo público, em termos gerais, entendida como um exercício da face violenta da masculinidade, que pretende regular o sistema de códigos e moral local, é um recurso disponibilizado pelo Estado para populações específicas, periféricas e majoritariamente negras no país. Esse é o caso de São Luís. Para tanto, era preciso que nós desviássemos de um lugar comum das pesquisas sobre o fenômeno para desvelar outra teia de fatores cujos indícios seriam componentes das falas e enredos próprios das comunidades onde se percebe que este fenômeno é mais comum.

A forma com que orientei meus passos para tentar captar estes discursos e teia de enredos locais que comunicassem a sua relação com os linchamentos, foi por meio de etnografia. Sendo assim, me mudei para São Luís em janeiro de 2018 retornando para Brasília em julho do mesmo ano. Como o tempo e os recursos são escassos, e considerando também as sugestões da banca de qualificação desta pesquisa, tentei me deter a uma localidade na cidade de São Luís, justamente o bairro onde sempre visitei e, desde o início, me apresentou o problema que decidi investigar. A pesquisa foi focada neste bairro, mas também englobou várias outras comunidades vizinhas. Não por alguma razão prática para a pesquisa, mas sim porque as fronteiras entre os bairros/localidades se davam muito mais em virtude das relações que seus moradores desempenhavam que por um limite físico bem estabelecido, com número e logradouro fixo. Também contou com as idas e vindas que a própria pesquisa me promoveu, com a apropriação da pesquisa por parte dos meus informantes e interlocutores.

Logo, mesmo que não fosse o foco, contaram para construção dos meus argumentos o que os meus próprios informantes me colocavam como importante para a pesquisa, não só com relação ao método, mas com relação às pessoas vizinhas e ex-moradores com quem devia me comunicar para obter informações sobre os casos de linchamento, os locais que eu deveria visitar, e considerando a natureza efêmera e midiática do “linchamento”, inclusive as notícias e meios de comunicação que deveria consumir para estar atento aos casos de linchamentos, entre outros.

Nestes meses que estive em São Luís, foram raros os dias em que não estive na Vila, com um caderno de campo que acessava pelo celular e fazia ali as anotações sobre fatos e conversas que havia tido, gravava áudios e, por lá estar, também passei a fazer parte da vida cotidiana do bairro, nos grupos de pessoas que convivi mais proximamente.

Busquei estruturar este texto de maneira que, no capítulo 1, Notas Metodológicas, situo o leitor sobre os meios pelos quais o trabalho foi realizado. Busquei contextualizar a bibliografia mais comum sobre o tema para fazer ponderações a respeito do método, técnicas e pressupostos teóricos utilizados em muitos dos trabalhos, para colocar em perspectiva a forma como eu pensei que poderia realizar o trabalho, os conceitos que eu tive que moldar, a fim de alcançar ângulos que até então, nos trabalhos pesquisados, não se apresentaram com a centralidade que acredito, deveriam ter.

No capítulo 2, “A ilha, a Vila e Suas Pessoas”, eu descrevo a paisagem de pesquisa. Realizo um pequeno relato sobre os traços mais sinuosos da composição socioespacial de São Luís, evidenciando principalmente os movimentos internos ao longo da sua recente história, tentando situar dentro desta dinâmica histórica, o bairro onde estive mais focadamente e a composição de sua comunidade. Descrevo aqui também um pouco da história do lugar, dos meus principais interlocutores, meus informantes, as dinâmicas do espaço e inicio por meio dessa descrição a mostrar que os fatos relatados, a fala das pessoas estão centralmente conectadas com a vida comunitária e com a cena que se remete à violência, às respostas comunitárias a isso.

No capítulo 3, “Os casos e contos sobre linchamento da vila e da ilha”, eu relato de fato o que, após um trabalho de análise e refino das informações coletadas, a pesquisa de campo me possibilitou testemunhar e interagir com os casos e histórias a mim relatados, que envolviam a cena dos linchamentos, da punição popular, e das redes de acontecimentos imbricadas nos casos, lembrados pelas pessoas da Vila. Também, em razão da repercussão dos casos, e a fim de ilustrar melhor a abrangência desta prática, relato, além dos casos mais próximos à Vila, outros em outras partes de São Luís e outros que mereceram destaque pela gravidade e repercussão, ocorridos no interior no Maranhão.

No Capítulo 4, “A raça e o império dos homens, eu inicio uma interlocução teórica a respeito dos conceitos de raça, e colonialidade desenvolvidos por Aníbal Quijano (1992, 1999) e por Rita Laura Segato (2015). Também neste capítulo desenvolvemos o paradigma em ascensão da necropolítica, centralmente desenvolvido por Achille Mbembe (2008, 2011), para situar a verve punitiva e seus desdobramentos, percebida na pesquisa de campo, com a devida consideração sobre a nossa condição histórico-social considerando o racismo como pedra angular dos destinos das vidas. Na outra parte do capítulo, trago a contribuição de Segato (2013), a respeito das relações de gênero, com atenção focada para os conceitos sobre as masculinidades, seus mandatos, e as implicações internas à comunidade.

Nas Considerações Finais, eu termino de fazer esta interlocução entre raça e gênero, tentando situar o problema dos linchamentos, como ser componente disto. Retomo também alguns pontos do trabalho, e faço uma reflexão sobre direitos humanos apontando, por meio do que percebi na pesquisa, pontos para debate.

1. Capítulo 1 - Notas metodológicas

Antes, entretanto, é preciso relatar alguns pontos-chaves sobre a pesquisa de campo em si e as reflexões que me fizeram chegar nela. É preciso que se descreva a praça que se atravessa entre o que imaginamos encontrar no campo e o que de fato a pesquisa de campo nos permitiu catalogar e visualizar e em quais circunstâncias atuei como pesquisador.

1.1 A escolha etnográfica

Inicialmente, no caminhar do mestrado, assim como todos e todas que ingressam na aventura de pesquisa, me deparei com a pergunta primordial e inescapável, o fio condutor da pesquisa: afinal de contas, qual seria o objeto de pesquisa?

Olhando com cuidado para a produção científica sobre o tema, temos que muitas análises recaem sobre casos de linchamentos específicos, que causaram comoção popular em localidades, com muita ênfase para a repercussão do caso na vida das pessoas do lugar e para o contexto local, os dilemas e questões de cada caso, a relação entre os atores institucionais, como polícia, operadores do sistema de justiça, e o caso de linchamento, além das análises que se preocuparam com os registros sobre o fato realizados pelos jornais e demais meios de comunicação, ou que exploraram a repercussão midiática, como meio de, por uma perspectiva mais quantitativa, mostrar um panorama sobre a ocorrência dos linchamentos no país.

Assim seguem vários estudos. No Brasil, merecem destaque as pesquisas realizadas pelo sociólogo José de Souza Martins (2015), conhecido por ter se empenhado em estudar, de maneira sistemática, a ocorrência de casos de linchamentos nos últimos 60 anos no país. Durante esses anos de pesquisa, do acúmulo de dados sobre os casos, possibilitados pelo trabalho do Núcleo de Estudos da Violência da USP, foram escritos ensaios e artigos que se arriscaram a iniciar interpretações do fenômeno na medida em que os dados foram sendo coletados¹⁰.

¹⁰ Os ensaios que apresentam a pesquisa a qual nos referimos foram compilados e publicados

Desta maneira, este esforço de arriscar interpretações sobre o linchamento, em uma pesquisa exploratória de dados, como foi a pesquisa que Martins desempenhou, se tornou o objeto de pesquisa do autor pelos últimos 30 anos. No livro, os textos não exatamente seguem uma ordem lógica, já que foram construídos ao longo da pesquisa, em que, segundo o próprio autor, se modificaram em virtudes das diferentes etapas da pesquisa empreendida, dos métodos de coleta e apuração de dados (MARTINS, 2015).

Assim sendo, considerando que os dados quantitativos construídos pelo autor ao longo da pesquisa se alteraram e desvendaram várias possibilidades interpretativas, o trabalho que vem sendo desempenhado pelo autor, com todas nuances captadas ao longo dos anos por ele na pesquisa, tem fomentado outros trabalhos sobre o fenômeno.

Em que pese o autor tenha feito a opção metodológica, bem como uma robusta defesa da mesma, de direcionar sua pesquisa para a sistematização de dados por meio das ocorrências de linchamentos a partir dos noticiários de jornais e revistas, ele apresenta outras possibilidades investigativas sobre o fenômeno¹¹, faz um prudente adendo sobre os diversos limites interpretativos do método escolhido, e considera sua opção em razão da ausência de outras fontes de dados sobre os casos.

Ainda nos reportando sobre os primórdios do estudo sobre o tema, Maria Victoria Benevides e Rosa Maria Fischer Ferreira (1983) publicaram um interessante artigo, intitulado “Respostas populares e violência urbana: o caso do linchamento no Brasil (1979-1982)”¹², em que desempenharam o mesmo

pelo autor no livro “*Linchamentos: A justiça Popular no Brasil*”, publicado em 2015. Todos os dados usados e referidos pelo autor no livro em questão advêm do Banco de Dados da Imprensa Sobre as Graves Violações de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP).

¹¹ O autor, em seu ensaio “O estudo sociológico dos linchamentos” afirma que os estudos de caso se consolidam como nova perspectiva iniciada por historiadores de registro e interpretação desse tipo de violência, mas encontram também entraves na coleta de depoimentos, em razão dos depoentes, no caso de estudos realizados nos Estados Unidos, temerem sofrer algum tipo de represália por relatar um caso de linchamento mesmo ocorrido a 50 anos atrás.

¹² A versão inicial e parcial do texto foi publicada por Benevides no livro “Violência Brasileira” (Benevides, Maria Victoria. “Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982).” In *Violência Brasileira*, vários autores, Editora Brasiliense, 1982. Aqui utilizamos a versão do texto que consta no livro organizado por Paulo Sérgio Pinheiro, “Crime, Violência e Poder” (ver a sessão Referências Bibliográficas).

esforço sobre notícias de jornais, referentes aos linchamentos ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo. Neste artigo, as autoras realizam uma interessante interlocução entre as práticas das instituições públicas, como a polícia, e o intuito punitivo na população, a estigmatização da pobreza como marcador social influente no fenômeno, e a relação entre a prática da polícia contra a população e sua replicação pela população (BENEVIDES e FISCHER, 1983).

No mesmo sentido da escolha metodológica da pesquisa em jornais e revistas escolhida por Martins, Benevides e Fischer, também se dedicaram Lídio de Souza e Paulo Rogério Meira Menandro (2002) que analisaram o conteúdo de 751 notícias sobre linchamentos e tentativas ocorridas no Brasil, veiculados na imprensa escrita entre 1990 e 2000¹³. Foi uma das primeiras referências que chegou ao nosso alcance sobre a cor das pessoas envolvidas nos casos de linchamento e como este dado pode sustentar outras teses também merece ser considerado nas análises sobre justiça popular (SOUZA e MENANDRO, 2000).

Partindo desses estudos, nos anos mais recentes foram desenvolvidas pesquisas sobre o fenômeno explorando os estudos de caso como alternativa metodológica para investigação sobre os linchamentos.

Ariadne Lima Natal (2013) também fez considerações importantes sobre os linchamentos ocorridos em São Paulo entre os anos 1989 e 2009¹⁴. Na sua pesquisa, ela empreendeu esforço na conexão entre os fatores que podem influenciar a ocorrência de linchamentos e as transformações e características macrossociais (políticas, econômicas, urbanas, demográficas, etc.) pelas quais a localidade em questão (região metropolitana de São Paulo) passou no período em que se pesquisou (NATAL, 2013).

Em 2002, Jacqueline Sinhoretto (2002) publicou em forma livro a sua dissertação de mestrado “Os Justiçaadores e Sua Justiça - Linchamentos, Costume e Conflito” em que focalizou sua análise em quatro casos de

¹³ A análise foi apresentada no artigo “Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000)”, na Revista Psicologia Política.

¹⁴ A autora defendeu a Tese de Doutorado “30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo-1980-2009” pela Universidade de São Paulo. Ela também usou como fonte a base de dados sobre graves violações de direitos humanos do NEV-USP, no que diz respeito aos linchamentos nos anos estudados.

linchamento ocorridos em bairros de periferia de grandes cidades do Estado de São Paulo, na década de 1980. Essa pesquisa foi relevante para esta proposta de pesquisa por ter permitido aprofundar as reflexões sobre os sentidos dispersos de justiça, nos casos escolhidos, por entrevistas semidirigidas, e captar a importância das redes de vizinhança nos fatos que precederam e definiram a ocorrência dos linchamentos, distanciando a concepção do senso comum que associa o linchamento a um movimento irracional de uma multidão sem rosto e sem organização (SINHORETTO, 2009).

Valeria Oliveira Santos (2004) apresentou também estudo de caso¹⁵, com viés antropológico, em que, por meio de etnografia, tratou da repercussão e dos desdobramentos de um linchamento ocorrido em um município, procurando desvendar as práticas e representações cotidianas dos moradores, as repercussões junto a imprensa local, órgãos estatais e, sobretudo, sobre como a reprodução do caso faz a retificação dos valores com a população (SANTOS, 2004)

Alfredo Wagner Berno Almeida (1997) que no artigo “Linchamentos: Atos de “Justiça Camponesa” entre a “humanização da penalidade” e a “desumanização do indígena””, apresenta um estudo de caso sobre um linchamento de um posseiro de terras cometido por trabalhadores rurais. O autor se volta para analisar procedimentos judiciais mais complexos que giraram entorno do linchamento e apresenta crítica à individualização penal e à desconsideração do caráter coletivo do linchamento, considerando assim a coletividade como via pela qual a política é exercida. O sistema de justiça ao individualizar a responsabilização do linchamento, na tentativa de afirmar a sua soberania regulatória da sociedade, acaba por desconsiderar o aspecto do caráter coletivo e político do processo de decisão.

Por fim, destacamos o trabalho de Yuri Costa (2008) por se remeter exatamente à realidade na qual esta pesquisa se encontrou. O livro “A Outra Justiça – a violência da multidão representada nos jornais” faz uma interessante

¹⁵ A pesquisa é a dissertação de mestrado apresentada pela autora na Universidade Federal do Paraná. Se tratou de um estudo antropológico realizado no município de Salto do Lontra, no Paraná, sobre o linchamento com morte de 3 pessoas que foram acusadas de assassinar uma outra.

reflexão sobre o poder da mídia na construção de uma ética e estética da violência, por meio de um rico levantamento de notícias de um jornal específico de grande circulação, entre 1993 e 2003, da cidade de São Luís, e evidenciou a transformação da informação e da imagem em produto, por meio da violência (Costa, 2008).

Destacam-se ainda os trabalhos de autores de países América Latina, como Carlos Mendonza e Edelberto Torres-Rivas (2003) que editaram a coleção Cultura de Paz, nº 1, que tratou em específico sobre o tema. Nesta coleção estão reunidos artigos que tecem diversos comentários sobre a prática do linchamento em países da América latina e prenunciam um agravamento nos anos seguintes, o que de fato pesquisas recentes mostram, como percebemos, nos dados apresentados na Introdução.

Tendo como tela essa ampla produção sobre o tema, suas possibilidades e questões em aberto que apareceram em alguns trabalhos, combinada com as próprias perturbações e curiosidades que adquiri na própria leitura e no desenrolar da encubação da pesquisa, a questão que se fez presente e que estava também em maior ou menor centralidade nas indagações de vários e várias autoras aqui elencados era: *Em razão de quais conceitos e/ou sentidos as pessoas lincham?*

Realizando a leitura dessas várias formas de entender o fenômeno e de descrevê-lo, com algumas exceções, a grande maioria deles apresentou suas contribuições para a resposta da questão acima, mas não chegou naquilo que nós acreditamos neste trabalho como a peça-chave para compreender melhor e chegar próximo a algo que seja a resposta desta questão. Ora, é a vida comunitária e em sociedade que oferece sentido para as práticas cotidianas coletivas. Logo é a rede de relações que se estabelecem em uma comunidade que é capaz de fornecer e comunicar os mecanismos de seu funcionamento, e o caso da cena de linchamentos não foge à regra.

Precisei então somar ao esforço já realizado até aqui e registrado nas diversas pesquisas e intenções de explicação do fenômeno do linchamento o que entendo ser a dissecação dessas relações internas às comunidades que

poderiam se revelar como fatores explicativos do fato de que as pessoas compreendem e atuam para as ações de punição coletiva, os linchamentos. É como se fossem duas camadas do mesmo fenômeno. O linchamento em si, enquanto acontecimento social com suas características “físicas” e os conceitos e sentidos que a população dá ao linchamento, o que precede e estofa o ato em si. Como então seria possível desenvolver este trabalho, compreendido na grande maioria dos registros acadêmicos, por uma via de evidências muito materiais (como registros jornalísticos, dos órgãos institucionais, sobre casos específicos de linchamentos) e pouco sobre a dimensão dos símbolos e concepções locais sobre a punição, sobre o castigo, e sobre justiça?

Sentindo a sensação de tatear às cegas as respostas às indagações acima, tentei fazer menção aos casos “materiais” que me foram possíveis alcançar no tempo em que estive em campo, mas, principalmente, encarar o desafio de evidenciar, por meio da etnografia, o que Luís Roberto Cardoso de Oliveira (DE OLIVEIRA, 2007) denominou como “evidências simbólicas”:

O trabalho do antropólogo está muito marcado por esta característica da interpretação antropológica, ou por este esforço em dar sentido a práticas e a situações sociais concretas, seja no plano da organização social, seja no da própria estrutura da sociedade, a partir da revelação do que eu chamo de evidências simbólicas. Sem elas, o antropólogo não seria capaz de produzir uma etnografia adequada, ou uma interpretação convincente da realidade estudada. Embora os antropólogos não sejam os únicos a pesquisar evidências simbólicas, estas têm uma importância singular na sua atividade e, a meu ver, constituem o cerne do trabalho ou do ofício do antropólogo. (DE OLIVEIRA, 2007, pg. 25)

Considerando a natureza imprevisível de um acontecimento como o linchamento dentro de um bairro, nada cartesiano, com múltiplos atores e motivos envolvidos, se constituindo numa cena drástica de violência, acreditei no começo do trabalho de campo não ser possível vencer o desafio proposto, pois fora do contexto da cena em si, na vida cotidiana que todos levam, não seria possível que se revelassem nas falas das pessoas suas concepções sobre o linchamento, sem que eu tivesse que de alguma forma ser invasivo.

E assim me senti várias vezes em que tentei alcançar algo das falas das pessoas sobre os casos de linchamento. A distância do que eu compreendia sobre aquele tipo de acontecimento no bairro da Vila, onde eu me dediquei a etnografar a vida cotidiana, e o que as pessoas mesmo entendiam sobre aquilo, causava em mim este sentimento de constrangimento e por vezes entendi que as pessoas também ficavam talvez constrangidas mas com certeza expressavam um sentimento de estranhamento.

Em uma oportunidade, apenas para ilustrar o que digo, conversando com vários homens moradores do bairro, que faziam um churrasco na calçada da casa de um amigo conhecido, quando senti que era uma boa oportunidade de tentar conversar sobre o tema - já que o assunto no momento era algum caso de violência que acontecera nos dias passados – depois de umas duas indagações, logo me foi direcionada a questão:

“Rapá, esse primo de Dinho, não sei não viu? Tu não é da polícia, não? Tô achando que tu é “cana”. Veio lá de Brasília, com esse estilo aí, parrudão, barbudo, deve ser da federal...”.

As pessoas caíram na gargalhada, e eu também, é claro. Mas ficou aquele sabor ao fim, da momentânea inconveniência de querer me aproximar de algo que pudesse se desvelar de um jeito menos ativo, mas que eu não sabia ainda de que forma.

Mas muito cedo o próprio campo me provou o contrário sobre como ele poderia dialogar comigo, sem que eu tivesse que tornar esse caráter inquisidor de pesquisador. A realidade local, as pessoas e suas relações, provaram que seria muito mais um trabalho de escuta do que exatamente um trabalho de incitação à fala. Entendi que muito do que foi trazido pelos moradores se conectava entre si, mas não exatamente tinha a rubrica do fenômeno do linchamento, o que me obrigou a reinterpretar as leituras sobre o tema e arriscar uma nova forma de ver o fenômeno e fazer um esforço para dobrar a rigidez da categoria analítica entendida como “linchamento” que tinha me proposto ainda na fase do projeto de pesquisa e que percebi na bibliografia que tive acesso durante a preparação da pesquisa.

1.2 Torcendo o conceito de linchamento

LINCHAR: vtd. executar um criminoso, verdadeiro ou suposto, sem direito a julgamento, por decisão de uma multidão. (LINCHAR, 2018)

Sabe-se que a prática do justicamento popular nos remete à antiguidade, pelos registros que são possíveis de se consultar. A Bíblia, por exemplo, registra muitos casos de apedrejamento, mas, em contraste com os linchamentos modernos mais comuns, era a própria lei que ordenava o suplício público. Há controvérsias sobre a origem da palavra “linchar”, mas cabe frisar neste trabalho que, independentemente das versões possíveis, é sobre a figura de um homem branco perverso, em um contexto de escravidão, que gira essa definição:

Bem definido o sentido da palavra, restam variações sobre ele e a origem curiosa de linchar. Aurélio e Houaiss atribuem a palavra ao antropônimo William Lynch (lei de Lynch). No século XVIII, o rude Lynch teria instituído essa forma de castigo, posto em prática por uma multidão, contra criminosos ou supostos. (...). Silveira Bueno, no *Grande Dicionário Etimológico Prosódico de Língua Portuguesa* (Saraiva, 1968), define linchar como “*espingardear, fuzilar, de to Lynch, do nome do colono da Carolina W. Lynch (séc. XVIII), que costumava a fazer justiça com as próprias mãos, matando negros*”. Se Carolina do Norte ou do Sul, Bueno não contou a ninguém. (...) A Enciclopédia Britânica registra linchar e linchamento como termos de origem incerta, relacionados a Charles Lynch, “fazendeiro e patriota” da Virgínia, que liderou justiceiros na Revolução Americana para punir ladrões e bandidos variados. (...). No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Livros Horizonte, Portugal, 1990), José Pedro Machado reconhece a incerteza da origem do vocábulo linchar, fora a certeza de que provém de um cavalheiro norte-americano chamado Lynch: “...*sabe-se porém que tal indivíduo deu seu nome ao processo sumário segundo o qual o povo, sem qualquer outra formalidade e sem apelo. Prendia quem considerava criminoso, condenava-o e executava-o imediatamente*”. (...) Machado supõe ser provável que Lynch tenha sido um proprietário rural na Virgínia. Mas não deixa de registrar a possível existência por lá de certo capitão William Lynch, que teria adotado tais métodos por volta de 1776. Refere-se ainda a um juiz de paz em 1780 com o mesmo deselegantíssimo hábito de aqular a multidão para promover a “justiça” rápida. Aparentemente esses Lynchs, lendários ou não eram da Virgínia. (MACHADO, 2006, págs. 62-63).

O “linchamento” tal como conhecemos, tal como as definições que percorremos na introdução desta dissertação, não é exatamente uma categoria usada pelos moradores com quem tive contato. Algumas vezes em que eu questionava sobre os casos que eles se lembravam de terem acontecido na Vila e nos bairros vizinhos, ou quando me questionavam sobre o que eu estava pesquisando, muitas pessoas tinham alguma dificuldade de compreender sobre o que eu falava, mas, logo quando eu explicava, elas aplicavam um interessante deslocamento na definição: estranhavam a palavra “linchamento” ou o ato de “linchar”, mas sempre usavam os mesmos verbos – “pegar” ou “agarrar” um ladrão. Foi muito comum as pessoas falarem de casos como *“uma vez, agarraram um ladrão...”* ou *“pegaram um ladrão”* ou *“deram num ladrão na rua de cima...”*. A ideia de espancamento está inserida no verbo “pegar” ou “agarrar” - que pressuporia apenas “deter ou reter”, além de que é na ação, sempre de “outros”, alienando a vontade e possível participação ou sentimento de pertencimento àquele intuito do interlocutor e da coletividade que se situa a definição do ato mais geral de punir alguém acusado de roubo.

Assim, semanticamente, comecei a descortinar a possibilidade de me aproximar disto que estou nomeando como sentidos e concepções locais sobre os linchamentos. Segundo os relatos que ouvi, de maneira geral, se percebe que dentro da teia de definições utilizadas pela população, o conceito desempenhado pela academia sobre o linchamento, embora não utilizado pela população com quem tive contato, está contido no que a população traz nas falas, que em linhas gerais aponta para uma agressão física, feita de maneira coletiva não controlada contra uma ou mais pessoas acusadas de ter cometido algum crime ou ter quebrado alguma regra importante em determinado contexto.

Todavia as pessoas não traziam apenas o fato “físico” em si quando relatavam as cenas de linchamento que lembravam. Junto com o relato do ocorrido estava também o enredo sobre como aconteceu o fato, sobre quem era e quais as circunstâncias relacionadas à vítima de linchamento, ou à vítima do suposto “ladrão” que havia sido linchado. Assim, desde o início da minha chegada em campo, as conversas e relatos que pude ouvir e interagir me indicavam que o linchamento estava vinculado diretamente a um sistema maior de acontecimentos e compartilhamento de informações entre os membros da

comunidade, que se remetiam a ameaças à normalidade da comunidade, quase sempre relativas a assaltos, roubos às residências, o uso de drogas, a atuação de organizações criminosas. Além disso, as notícias dos meios de comunicação de eventos violentos, foram fatores potencializadores não apenas para suscitar relatos sobre eventos mais próximos à vida do bairro, mas também para ditar algum tipo de alerta, de “clima” entre os moradores. Por este entendimento, também, uma tentativa de linchamento, um linchamento que não teve vítima ou um linchamento em que teve vítima fatal foram igualmente considerados para compreensão do fenômeno inserido dentro de uma comunidade, pois expressam aquilo que pretendemos visualizar nesta pesquisa, que são os sentidos e concepções locais sobre a punição. Neste sentido, os desdobramentos dos acontecimentos, relacionados a uma cena de tentativa de linchamento, soam tão importantes quanto os enredos por trás daquela ação que se precipitou.

Quando se quer dizer “concepção”, parte-se do pressuposto que são os moradores de bairros os primeiros interlocutores e partícipes das ações de linchamento. São os moradores que poderão recuperar informações inatingíveis sobre os conflitos internos às comunidades quanto à prática e expor de maneira particular a dimensão de protagonismo na prática de linchamento, sem tantas mediações.

Então, foi preciso que eu pudesse nesta pesquisa deixar as pessoas falarem. E o que sempre estava invariavelmente como peça introdutória ao material que eu coletei, era um estado de alerta e medo permanente. Este medo e alerta permanentes permeava as formas de se definir enquanto comunidade. Pude ver, e explicarei no próximo capítulo, que a comunidade da Vila se constitui enquanto comunidade por desenvolver sincronicamente mecanismos de defesa da coletividade que se remetem a ações que seus membros congregam entre si, mas que ao mesmo tempo se reporta aos indivíduos quando faz sua autoafirmação de comunidade, segura em diversos sentidos. Dessa dinâmica que se pode perceber que a punição coletiva, a que preliminarmente entendemos como englobante do ato mais físico do linchamento, é um fruto de uma tensão tateável, pelo menos no caso da vida cotidiana da Vila.

Por estes indícios - a indicação popular de que o ato de linchar é mais abrangente que o fato em si – é que se considerou neste texto toda a teia de relações, fatos que se relacionam com o tema da violência, ou que pode preceder a cena de um linchamento dentro da amplitude de definições e concepções que estão com a população. Isso fez com que se passasse a entender que o objeto de pesquisa é dinâmico, maleável. Essa forma de entender o linchamento, com suas nuances tentaculares, contido em uma gama de relações entre as pessoas em uma comunidade, foi que possibilitou com que a pesquisa trouxesse informações sobre os conflitos internos às comunidades e desvendam estas concepções sobre punição e quais outros paradigmas podem estar relacionados a ela.

1.3A família e a pesquisa

Não posso deixar de discorrer sobre o lugar do meu “eu” nesta empreita. O lugar que eu ocupo neste enredo merece reflexão. O bairro e as pessoas com as quais eu tive contato e que forma meus interlocutores, são bem familiares a mim e eu a eles, o que gera uma gama de reflexões e desdobramentos, no que diz respeito ao trabalho de campo de uma pesquisa etnográfica em que se relata e se reflete sobre o que essas pessoas escolhem dizer e não dizer sobre cenário delicado de violência, sobre a forma como se aborda, mesmo em uma conversa informal, um morador que tem relação com os informantes mais diretos a você mas não exatamente a quem pesquisa. Este lugar aproximado trouxe várias reflexões a respeito do meu intuito de realizar etnografia no bairro.

Quando iniciei o trabalho, não achava que este tema consumiria também minha forma de entender o racismo, os meios pelos quais tenho colocado meu existir na luta contra a violência contra a juventude. Quando comecei a me aprofundar no tema, na natureza das agressões vistas pelos enredos, imagens, me deparei com dificuldades que tinham muito a ver com a ligação intrínseca entre a violência que atinge aparentemente o “outro”, o jovem negro de periferia de cidade periférica, mas que na verdade é vizinha do meu corpo, da minha existência, e este lugar também desconfortável de estar tentando dissecar um aspecto da realidade que passa também pela minha existência.

Em alguns momentos isto também me paralisou, me adoeceu, me fez duvidar que seria possível que eu realizasse a pesquisa, pela sua abrangência e múltiplas formas que a violência contra nós, corpos negros vivos, pode assumir. Era como se fosse uma eterna maldição: evocar a dor de pessoas negras para tentar entender melhor minha existência e de muitos outros no mundo, ao mesmo tempo manter-se são, fosse impossível. Mas foi este contato com o campo, que começa sendo familiar, que me apresentou saídas, se aproximou dos meus dilemas entre ser pesquisador negro, e me auxiliou a desvendar trilhas para que a pesquisa pudesse fazer sentido antes de a minha luta, a forma como vejo o mundo perdessem o sentido.

1.4 Cuidados necessários

No meio do caminho da escrita, por conta da natureza dos relatos e o envolvimento de pessoas, em diferentes níveis, com vários tipos de ocorrência de violência, cheguei à conclusão que teria que abrir mão de determinadas informações, como os nomes dos principais bairros pesquisados, ruas que poderiam indicar a localização de moradia de pessoas que, de alguma forma, são citadas neste texto, nos casos coletados. Também tive que usar pseudônimos para pessoas envolvidas em todas as histórias que tive acesso, bem como para organizações criminosas que percebi atuarem na região e que tiveram lugar em alguns casos aqui relatados.

Nem todas as histórias contadas, e nem todas as pessoas contatadas, se encontram nas situações mais delicadas que encontrei, entretanto, em alguns casos, quando foram conversas mais pontuais, descrevi algumas falas apenas tratando o autor da fala como “morador” ou moradora”. A decisão de preservar o anonimato tem um ônus. Para uma descrição etnográfica, o nome das pessoas tem um valor muito alto, pois muitas vezes o nome que a pessoa tem é dado pelo grupo em que ela está, nem sempre é o nome de “batismo”, e isso apresenta muitas vezes significados que explicam as relações entre as pessoas. Isto pôde ser visto em vários personagens que conheci.

2. Capítulo 2 - A Ilha, a Vila e suas pessoas

Neste capítulo descrevo a paisagem que conheço desde muito novo, a qual decidi me aproximar para fazer esta pesquisa. Entendo ser importante colocar de onde parte não só o intuito de pesquisar a prática do linchamento e seus desdobramentos, mas de alguma maneira historicizar a realidade que passei a fotografar no meu intuito investigativo, tentado, com isso, situá-la dentro de um quadro mais amplo no tempo e no espaço. E isso não seria possível, no caso de uma pesquisa etnográfica, se não fossem as pessoas os veículos das transformações históricas do lugar.

2.1 A Ilha

Upaon-Açu, que significa na língua portuguesa “ilha grande”. Esse era o nome da ilha de São Luís dado pelos tupinambás, segundo o francês Frei Claude d'Abbeville em seu livro “*História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhas*” (CLAUDE, 1614), editado pela primeira vez na França em 1614, um dos primeiros registros sobre as terras maranhenses. Depois de seu nome original “Upaon-Açu” e posteriormente o nome que a oficializou - “São Luís”, ela também atende por vários outros como “Jamaica Brasileira”, “SLZ”, “Cidade dos Azulejos”, “Atenas Brasileira”, “Ilha Rebelde” e como as pessoas de lá mais gostam de dizer, “Ilha do Amor”.

O fato é que hoje São Luís é uma cidade com aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, situada no estado do Maranhão. Se fosse possível, poderiam ser elencados nesta seção centenas de indicadores divulgados amplamente pelos órgãos de pesquisa que confirmam que o estado e consequentemente a cidade de São Luís apresentam, ao se comparar com dados nacionais, dados alarmantes sobre as condições de vida para a população, em diferentes aspectos, contrariando muitas vezes o apelido carinhoso de “ilha do amor” que as pessoas devotam à cidade.

Parte dessa realidade já trouxemos aqui no texto da introdução, mas a que se pelo menos trazer alguma informação sobre como se formou a paisagem

social desta cidade. Numa perspectiva histórica, cabe observar que o processo de introdução da população de negra no território nacional acompanhou, de maneira geral, os diferentes ciclos que marcaram a economia da Colônia e do Império, estando São Luís como um dos principais destinos de africanos sequestrados, principalmente nos séculos XVII e XVIII em razão principalmente das culturas de algodão.

O declínio da cultura regional de algodão e o aumento do ciclo do café no século XVIII fez com que surgisse um movimento de venda massiva de pessoas negras escravizadas para o sul do país, o que mudou a composição demográfica do Maranhão e de São Luís. Entretanto, aponta Matheus Gato de Jesus:

“(...) o dado surpreendente é que, malgrado a combinação de fatores políticos e econômicos que favoreciam a exportação da população cativa, os números da escravidão maranhense na década de 1870 eram altos quando comparados com as demais províncias brasileiras. De acordo com o recenseamento geral do Império, o Maranhão era proporcionalmente o terceiro Estado com o maior número de escravos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de ultrapassar percentualmente São Paulo e Minas Gerais, regiões economicamente mais prósperas e importadoras de escravos naquela altura. Uma marca não desprezível num Estado cuja população possuía um tamanho médio dentro dos padrões brasileiros.” (JESUS, 2016, pg. 62)

Além disso, foram as configurações sócio espaciais da época que estamos retratando no enxerto acima, importantes para se compreender a dinâmica atual da cidade de São Luís. Compreendendo que era o porto de São Luís à época, assim como várias outras capitais, o início da cidade, o centro, o autor continua a explicação da dinâmica sócio espacial que ocorreu na segunda metade do século XIX na cidade de São Luís:

A escravidão é uma das principais causas dessa distribuição demográfica e geográfica. Esse fator é visível quando correlacionamos cor, condição social e moradia. (...). Nesse sentido, um viajante que desembarcasse no porto de São Luís e percorresse a cidade no sentido nordeste-sudoeste (...) caminharia de uma cidade predominantemente branca e escravista para uma cidade cada vez mais plurirracial, expressivamente negra e mestiça, onde a liberdade era marcada pela pobreza. Diferenças e desigualdades que constituíram não apenas a configuração material da cidade, mas suas fronteiras simbólicas. (JESUS, 2016, pg. 69)

As “fronteiras simbólicas” mencionadas pelo autor são marcas indeléveis dos lugares onde as pessoas podiam estar e se sentiam pertencentes, com base

também nas cores e posses delas. Com os demais processos que se seguiram, de crescimento da cidade, entre outros, a cidade passou a ter essas fronteiras ainda mais nítidas com os braços do Estado e seu mutualismo entre os grupos brancos e ricos da cidade. Essas fronteiras simbólicas, com a empreita desse Estado, fizeram com que houvesse êxito principalmente no projeto de eliminação de corpos negros.

São Luís, assim, se estabelece como uma cidade eminentemente negra, como já dissemos, e apresenta, em virtude dessa configuração sócio espacial que se estabeleceu em seu processo histórico, “fronteiras simbólicas” rígidas expressas por meio dos dados alarmantes nos últimos anos sobre a situação de sua população.

A Vila faz parte desta paisagem e se consolida como um destes lugares que Matheus Gato de Jesus mencionou na epígrafe citada a pouco, como plurirracial, expressivamente negro e mestiço, se antepondo ao espaço que seria o centro no século XIX e XX. Embora em virtude das dinâmicas mais recentes de crescimento da cidade a Vila seja considerada como pertencente ao centro de São Luís, a região continua se opondo ao que passou a se denominar como região “central” que, em uma nova configuração espacial, passou a ser os bairros próximos a orla marítima, denso de arranha-céus e bairros com vigilância institucional e para-institucional, como qualquer capital litorânea da atualidade. As “fronteiras simbólicas”, entretanto, permaneceram, mostrando que o fator que as define é sim a marca indelével da cor e das posses que povoam as pessoas.

2.2A Vila

A Vila foi o primeiro cenário que os meus olhos infantis descortinaram e as minhas mais remotas lembranças datam do ano de 1948. Nós morávamos na Rua Catulo da Paixão Cearense, numa casinha de taipa e coberta de palha de piaçaba, quase paralela ao fim do Estádio Santos, cuja pedra fundamental vi ser lançada pelo então presidente da república, general Eurico Gaspar Dutra, na sua visita ao Maranhão, também em 1948. (...). No fim da rua Catulo da Paixão Cearense, começava uma região apelidada de Caranguejos, talvez pelo fato de que ela se limitasse com uma extensa área de mangue. (Cabral, 2013, pg. 15 e 16)

A chegada na Vila, entretanto, não se deu a pouco tempo. A minha avó por parte de pai, era natural do município de Cajapió, e chegou em São Luís ainda criança. Trabalhou em casas de familiares, inicialmente na rua do Norte, ainda mais ao centro de São Luís. A região que hoje é o centro comercial e habitacional de São Luís, onde se situa a Vila e outros bairros como Liberdade, Retiro Natal, Bairro de Fátima, foi uma região de mangue, de área ribeirinha, como ilustra o autor do trecho destacado acima. Segundo a fala de vários moradores antigos da região, nos anos 60, com o aumento populacional da cidade, houve uma política de aterramento de áreas de mangue, das braças e igarapés do rio Anil, o que fez surgir ou aumentar muitas comunidades, dentre elas a Vila. Então, muitos relatos de moradores antigos quando perguntados sobre a infância, sobre as memórias da Vila, nos remete às travessias de canoas, de pequenos barcos pesqueiros que paravam próximo ao que viria oficialmente se chamar Vila, de comerciantes que passavam montados em jumentos ou com carrinhos-de-mão vendendo peixes mariscos, frutas.

Foi na Vila que a minha família, pela parte do meu pai, se estabeleceu. A Vila não difere muito, em seus aspectos físicos e de funcionamento, de outros bairros pobres e periféricos das metrópoles brasileiras. Existe uma série de comércios locais pequenos, como bares, pequenos mercados, padarias, e um destaque para oficinas de motos e carros às margens da Avenida Vicentino Freire. Todavia, curiosamente, internamente no bairro, existe uma única igreja neopentecostal, assim como um único “centro espírita” (isso na linguagem dos próprios moradores, o que na verdade pretende cortinar o tom africano de suas práticas).

De destaque também, como menciona o fragmento do texto de Cabral, o Estádio Santos, que de alguma maneira, em razão dos jogos do campeonato maranhense de futebol, deixa o bairro agitado em alguns finais de semana, fazendo com que alguns moradores mais jovens vendam bebidas na porta do estádio, trabalhem como vigia ou lavando carros. Ao lado do Estádio Santos, a praça Catulo da Paixão Cearense, onde se encontra diariamente uma intensa atividade informal de venda, troca, compra e avaliação de carros usados. Homens “negociadores” que ficam nas esquinas da região e ao menor olhar de

dentro do automóvel, já chamam o motorista do carro sobre o interesse em “negócio”.



Figura 1 - Vista da rua Alves, Vila.

A vida na Vila opera como a vida das periferias do Brasil. Durante o dia, nos dias de semana, a cidade é mais calma, chega a ser silenciosa muito em parte por seus moradores estarem trabalhando, aquelas que têm emprego e trabalham fora de casa. As crianças e jovens em sua maioria foram para as escolas. Do fim da tarde até às 9 ou 10 horas da noite, o bairro fica mais agitado, seja pelos moradores de bairros vizinhos e da própria Vila que circulam nas ruas, chegando do serviço e demais atividades, seja pelas pessoas que estão muitas vezes espantando o calor com a brisa da noite, descansando nas portas e calçadas de casa, se atualizando sobre os acontecimentos cotidianos em conversas com os vizinhos e vizinhas, e de crianças que estão brincando nas ruas. Não posso afirmar com isso que a Vila se configuraria como bairro dormitório, mas foi notório que pude conversar com mais pessoas, durante a semana, no período “não-comercial” em razão do “trabalho”, ainda que muitas delas não tivessem emprego formal.

Existem exceções que merecem destaques sobre esse movimento. Vi muitos homens jovens, durante o dia, sentados nas esquinas e nas portas de casa na Vila. Quando questionei isso a alguns dos meus informantes, sempre apareciam informações, em tom lastimoso, de que alguns deles seriam incorrigíveis

usuários de álcool, ou ainda, segundo eles próprios, usuários de outras drogas, e que em razão disso já teriam praticado algum tipo de crime, como furto. Outros, ainda segundo meus informantes, não tinham sobre si nenhum tipo de suspeita dessa natureza. Só estavam mesmo desempregados fazendo pequenos serviços, ou trabalhando no próprio domicílio, com conserto de eletrodomésticos, reforma de móveis, lavagem e outros serviços de automóveis, entre outros.

2.2.1 “Ladrão aqui não atravessa não...”

A Vila é ainda vizinha do centro comercial de São Luís, cujo acesso para quem se locomove da Vila em sua direção se dá por uma movimentada rua que por sua vez desemboca na grande praça Deodoro da Fonseca, uma interseção de várias ruas agitadas de comércio e de onde saem muitas linhas de ônibus em direção aos bairros mais periféricos.

A Vila fica, assim, entre centro comercial e histórico e os bairros mais distantes, o que importa à dinâmica dos linchamentos descritos pelos moradores. Uma grande parte dos relatos dos moradores, das ocorrências de linchamentos, foi em razão de que a pessoa linchada furtou alguém nas ruas e regiões próximas do centro como a praça Deodoro da Fonseca e necessariamente precisou atravessar a Vila para alcançar regiões mais periféricas.

Algumas vezes que provoquei alguns moradores a lembrar e recapitular acontecimentos de que eles tinham lembrança, relacionados aos linchamentos, algumas pessoas foram categóricas em dizer isto. Um dos relatos, foi em um dia que estava conversando com comerciantes de carro da Praça Catulo da Paixão Cearense, enquanto meu carro era lavado ali perto. Um grupo deles, que estava sentado perto do Lava-Jato onde eu deixara meu carro para lavar, falava sobre um caso de violência que havia tido repercussão nos noticiários locais de televisão, um caso de roubo seguido de morte. Seguindo a conversa, perguntei a eles sobre um caso cujo vídeo estava na internet, de um linchamento que ocorreu ali na praça, ao lado do Estádio Santos, a alguns anos atrás. Dois deles

se recordavam do caso e de que o suposto ladrão viera correndo da região do centro e calhou de passar logo pela praça, lotada de negociadores de carros. Eu me recordava do caso, pelo vídeo que vi e o relato deles era exato: eles citaram que espancaram o ladrão, que o colocaram na parte de trás de uma caminhonete, e que uma equipe de televisão chegou a filmar a cena. Enquanto umas pessoas xingavam e batiam no suposto ladrão, outras ficavam mediando a ação para que a situação não se descontrolasse, para que ele não morresse e a polícia pudesse prendê-lo. Um dos negociadores de veículo disse que, embora na presença da equipe de televisão e, dali a poucos minutos na presença de policiais, o rapaz foi perfurado por “chucho” (arma pontiaguda feita de ferro), o que ocasionou, momentos depois da chegada da polícia e seu encaminhamento para o hospital, a sua morte.

Não obstante, no começo do mês de abril, presenciei uma situação de tentativa de linchamento, em que o caso teria ocorrido dentro desta dinâmica do centro para os bairros mais afastados. Falarei sobre essa situação com mais detalhe mais à frente. O fato é que uma mulher estava em um ônibus que vinha do centro. Ela desceu em um ponto de ônibus próximo à praça Catulo da Paixão Cearense e, junto com ela, um homem que logo na descida do ônibus teria roubado sua bolsa.

Ele correu alguns quarteirões na Vila, foi encurralado no alto da ladeira da rua Gomes e se dirigia a uma região do Bairro de Fátima chamada Tiriri, famosa entre os moradores da Vila por ser violenta. Muitos moradores que estavam na situação o reconheceram como sendo morador de lá, sabiam inclusive onde ele morava.

Esse lugar em que se encontra a Vila na Ilha, caminho entre o centro – insígnia do poder, do império do trabalho, da ordem cotidiana - e a periferia – refúgio das múltiplas “contra-ordens” – me trouxe desafios para justamente entender quanto essas facetas, às vezes microscópicas, influenciam na interpretação das diversas falas e da ordem que se estabelece na comunidade no que diz respeito a sua visão sobre o linchamento.

2.3 As pessoas da Vila

Não posso simplesmente descrever cada um dos personagens que passaram pelas minhas anotações do campo sem antes colocar aqui neste registro uma breve história de parte da minha família. Não só por serem as pessoas que me apresentaram essa Vila e conseqüentemente todos e todas que nela fizeram meus olhos brilharem, mas, paralelamente, por serem uma parte importante desta biblioteca de sentidos e histórias que pretendo aqui trazer e desenvolver interpretações acerca dos linchamentos e dos sentidos de comunidade, de justiça, entre outros. Pois bem, como havia dito, minha família por parte do meu pai morou sempre na região do centro de São Luís e se estabeleceu, desde os anos 50, no que viria se tornar a Vila em anos posteriores. Quando meu avô faleceu em 1958 e minha avó se tornou mãe viúva de 9 crianças aos 36 anos de idade. O último deles, o meu pai, ainda na barriga dela. Ela vivia nesta época na casa onde hoje mora a minha tia Lúcia.

A casa de Lúcia fica em uma esquina da Rua Gomes. Fica na porção da Vila bem próxima da avenida Freire conhecida como “Anel Viário” que cerca todo o centro antigo de São Luís, ao Posto Cocomá, ao Bairro de Fátima, e ao vilarejo chamado Tiriri.

Lúcia é a quarta filha dos 9 filhos que minha avó teve. Enfermeira a pouco mais de trinta anos, se divide entre plantões em hospitais das redes de saúde municipal, estadual e federal. Quando não está trabalhando, aproveita para descansar em casa, resolver problemas da vida cotidiana como ir ao banco e, frequentemente, conversar com as pessoas da vizinhança nas portas das casas, entre amigos antigos e familiares. Também é frequente que muitas pessoas moradoras, em sua grande maioria mulheres, a procurem para auxílio quanto a pequenos serviços de sua área de conhecimento, como trocar um curativo, aplicar uma injeção, aferir pressão arterial. Ainda que tenha muita vontade de chamá-la aqui por “tia”, ficarei com o seu nome Lúcia.

Junto com Lúcia moram seus filhos Dinho e Vani. Frequenta ainda a casa, assiduamente, o Bira, que mantém relacionamento com Lúcia. Também frequente na casa de Lúcia, por trabalhar lá por mais de 30 anos, a Francisca. A

rua seguinte, paralela à Rua Gomes, fica a Rua do Rocha, rua em que morou minha avó, e hoje moram ainda outros familiares.

Durante vários momentos deste texto recorrerei a estes personagens por terem sido meus principais interlocutores e informantes estratégicos para a vida da Vila. Entretanto, cabe destaque para Dinho, Francisca e Bira.

2.3.1 Dinho

Uma vez, a gente ainda moleque, tava muito quieto aqui na Vila, daí eu e Amendoim tivemos uma ideia. Disse para ele colocar a camisa na cabeça e passar correndo lá na rua de cima. Quando ele passou correndo, eu gritei “É ladrão! Pega ladrão!”. A galera saiu na rua, ele continuou correndo e quase ele toma uma paulada, mas ninguém o agarrou. Só molecagem. (Dinho, relato pessoal, 2018)

Esse depoimento é do próprio Dinho, meu primo. Ele acompanhou meus estudos sobre as ocorrências de linchamentos desde o início. Ele foi o meu maior interlocutor, o informante a quem mais recorri e com quem estive com maior frequência. Por ter crescido na Vila, sendo filho de Lúcia, e neto de minha avó, uma moradora conhecida, desenvolveu uma personalidade política, no sentido de ser carismático, e conhecido por ser travesso desde sempre, o que deu a ele esta fama de traquina, dentro do bairro. Uma volta pelo bairro ao seu lado sempre seria interrompida pelas conversas com amigos e vizinhos e durariam mais do que o previsto.

Formado em Direito e servidor público do estado, Dinho, entre um plantão e outro, estudava para concursos públicos mas pelo menos alguma hora do dia, na semana, estava – como eles mesmos dizem lá na Vila – *correndo beirada*, que vem significar conversando com os vizinhos, ou familiares nas portas das casas, nas esquinas na Vila.

Nos finais de semana, quando estávamos no bairro da Vila, se intensificavam esses encontros com vizinhos, em que eu na maioria das vezes, estava junto com ele. Foi com ele que pude coletar muita informação sobre os personagens que ele julgava centrais nas cenas conhecidas de linchamento na

Vila, mas sobretudo, sem nem ele próprio se dar conta, foi importantíssimo por trocar nas conversas com vizinhos informações que me fizeram compreender melhor como funcionava a rede de relações entre as pessoas que se conectavam com as ações de linchamento.

2.3.2 Bira

Me botaram esse apelido na praça, quando eu era chofer, porque eu entendo do breque, do lareado, sabe como é? Pra trabalhar na rua tem que ser malandro. Eu só andava com uma perna manca debaixo do banco, que tem ladrão demais... ela tinha até nome: Direitos Humanos! (Bira, relato pessoal, 2018).

Um das orientações na qualificação do projeto de pesquisa sobre como conhecer e chegar em mais casos dos linchamentos foi de procurar a figura do taxista. É um profissional que sempre está na rua e pode presenciar mais casos de violência, dos próprios linchamentos, dada a natureza do fenômeno. Foi assim que entendi que Bira, seria alguém de quem iria me aproximar.

Bira é namorado de Lúcia. Está com ela há pelo menos 20 anos. Ele me informou que entre idas e vindas trabalhou de “chofer de praça” por mais de 30 anos. Hoje está aposentado e tem 76 anos. Bira gosta de uma jogatina. É um contumaz jogador do Jogo do Bicho, e pedia diariamente para eu conferir para ele os resultados pela internet.

Apesar de ter casa própria em outro bairro, ele está sempre na casa de Lúcia e também gosta de, além de frequentar o “Cassino”, visitar amigos nas redondezas. A dinâmica de nossas conversas era sempre avizinhada de nossas idas às bancas de jogo do bicho. Na maioria das vezes ele me convidava a ir à banca fazer “uma fezinha”, como ele dizia. Nessas caronas, conversávamos sobre vários temas da cidade e inevitavelmente apareciam os casos de violência que ele via na rua, à época de taxista. Em muitos desses casos aparecia a cena do linchamento.

Ironicamente, apesar de andar armado com o porrete que batizou de “Direitos Humanos”, Bira me disse que nunca teve que usá-lo porque na época

em que ele era taxista a cidade não era assim “violenta como é hoje”. Inclusive ele apresentou isto como razão pela qual ele deixou de ser taxista:

Já não dava mais pra aguentar não, meu filho... Com esse tanto de assalto acontecendo... Outro dia desses, teve um que o bandido entrou no taxi e sentou atrás, não falou nada e deu um tiro na nuca do chofer... Eu já mais pra lá que pra cá... não dá mais pra mim não... (Bira, relato pessoal, 2018).

2.3.3 Francisca

“Quer ver ela ficar doida é sumir com esse rádio dela. Ela fica doidinha. Igual o jornal. Ela tava boa era de Silvano contratar ela como jornalista. Se um defunto cair agorinha mesmo na rua lá no Maiobão, ela tá sabendo no mesmo instante”. (Vani, relato sobre Francisca, 2018)

Esse relato é o de Vani sobre Francisca. Para onde quer que ela ande dentro de casa, leva o pequeno rádio à tiracolo nos afazeres do trabalho diário. De programa em programa ela vai acompanhando todas as notícias que são veiculadas nas rádios que escuta. Apenas rádios “AM”, pois segundo ela são as que são boas para noticiários.

Todos os dias que chegava na Vila, era ela, por entender que eu estava pesquisando a violência e os linchamentos que estavam ocorrendo na cidade, me relatava todas as notícias que estavam na pauta do dia ou da semana. Vários casos que soube também me chegaram por ela mas foram as conversas que ela teve no bairro, já que também mora na Vila, que possibilitaram de ela me comunicar e inclusive em alguns casos ouvir o rádio, esperando que aquilo que ela soubera por meio das conversas com vizinhos, fosse notícia nos programas do rádio.

2.4 As falas das esquinas e das calçadas da Vila

A vida da Vila, como já disse, não se difere à primeira vista de várias outras comunidades, favelas, periferias do nosso país. Tem algumas ruas mais

movimentadas, onde circulam mais pessoas, como é a Rua Alves, o Anel Viário, por ligar parte do centro da cidade a algumas periferias, e tem momentos em que mais pessoas estão nas ruas, conversando e circulando.

Descendo a rua Alves em direção ao bairro da Mangaba, no cruzamento com a rua Camarão existe o Bar do Maciel, que seria o ponto de referência de encontro de muitos acontecimentos na Vila. Todos os dias da semana praticamente, na parte da noite, tinham pessoas, quase sempre homens, no Bar do Maciel, bebendo uma cerveja, assistindo um jogo de futebol. Era um lugar onde mesmo os ex-moradores iam lá com frequência para encontrar amigos, se atualizarem sobre a Vila. No Bar do Maciel também eram realizados vários eventos organizados pelos moradores da Vila, como serestas, bailes de reggae, apresentação de blocos de carnaval, e nos festejos juninos, apresentação de grupos de Bumba-Meu-Boi.

Na terça-feira de carnaval, a rua havia sido fechada para realização do “Baile de Carnaval da Vila”, evento que os moradores, principalmente da rua do Bar do Maciel, organizam para festejar e também, de alguma forma, doar comida para a Vila inteira, para muitos moradores que, segundo uma das cozinheiras da feijoada que estava sendo servida na ocasião, *são moradores carentes que muitas vezes não tem o que almoçar*. Em junho, na época dos festejos juninos, neste mesmo lugar, vários grupos de bumba-meu-boi se apresentaram. Os grupos de Bumba-meu-boi mantinham vinculações entre os moradores que muitas vezes eram também brincantes dos grupos e, por isso, no sistema deles de crenças e pagamento de promessas, as pessoas rezavam novenas para os santos juninos em suas casas e, ao final do dia, os grupos de bumba-meu-boi apresentavam suas brincadeiras.

Vizinho do bairro da Vila, perto do Estádio Santos, existe ainda um bairro chamado Cuba. Vários moradores dali e da Vila tinham costume de frequentar o bar da Lurdinha na Cuba, uma senhora dona de uma pequena venda, conhecidíssima por ter tudo o que se pensa que se pode comprar, além da cerveja mais gelada e barata de todo o bairro. Ali também conheci vários moradores e escutei muitas histórias sobre o bairro e suas as pessoas, além dos relatos e repercussões sobre a violência e os casos de linchamento.

No alto da ladeira da rua Alves, próximo à casa de Lúcia, tinha uma reunião de homens mais velhos que conheci e frequentei por conta de Bira. Ele, junto com outros amigos, a maioria aposentados, alugaram um pequeno cômodo de um casebre, onde instalaram uma geladeira, e guardam uma mesa com forro verde. Quase diariamente, no fim da tarde, eles colocam a mesa na calçada e se divertem no carteadado apostado. Chamam o local de “Cassino”.

Além desses lugares, do “Cassino”, da praça Catulo da Paixão Cearense que mencionei anteriormente, repleta de negociadores de carros usados, as esquinas sempre foram o ponto de grande referência por sempre estarem com jovens moradores, homens na maioria das vezes, conhecidos e amigos entre si, conhecidos de Dinho, que sempre parava quando podia, para conversar com um ou outro. Essas esquinas, bares e as calçadas das casas, com seus moradores, foram o meu grande material de coleta de informações, onde compus minha coleção de retalhos das histórias que envolviam as concepções sobre os linchamentos, os relatos próprios e a repercussão disso na comunidade, na cidade.

Entretanto, as esquinas e as calçadas, pelo que notei e pelo que contaram meus informantes, já não estão assim com tantas pessoas reunidas. O medo que paira nas conversas é notório. Uma regra geral que as pessoas implementavam era de que, após as 20 horas, não era mais possível ficar “dando bobeira” por conta das notícias e casos de assaltos. Um senhor, frequentador do “Cassino”, conhecido de Lúcia e de minha família, ao me cumprimentar na porta de sua casa e conversarmos das razões pelas quais eu estaria em São Luís, me respondeu:

Ah meu filho, mas isso mudou muito, percebe? Hoje ladrão não anda mais de faca não. Hoje ninguém se atreve a reagir. Agora é dois em cima de uma moto, com arma. Pede tudo, tu entrega e eles somem. Eles não tão *pra* brincadeira não. (Chico morador da vila, relato pessoal, 2018)

A mudança da dinâmica da ocorrência dos assaltos foi algo que percebi em várias falas, e as advertências sobre o cuidado ao estar circulando no bairro após determinado horário da noite e sobre estar vigilante sobre a figura de dois homens em cima de uma moto, vinham de todos lados. Certa vez, andando pela

Vila após o cair da noite, percebi duas adolescentes que estavam na calçada de casa sentadas conversando. Cada uma segurava entre as coxas uma panela. Achei curioso, mas nada tinha de estranho comer algo diretamente da panela. Entretanto percebi que elas não estavam com talheres e as panelas vazias. Na verdade, elas estavam com os telefones celulares dentro das panelas, segundo uma delas, para “enganar” algum ladrão que viesse a pé ou em uma moto.

Eu mesmo também bebi deste medo, já que foi tão ofertado por todos em minha volta. Um fim de tarde estava sentado em frente à casa de Lúcia, quando avistei uma motocicleta com dois rapazes, eles não estavam rápido, o que causou dúvida em mim e em outro vizinho que estava na outra calçada da rua. Aceleraram a moto e vieram em minha direção, eu sem nem pensar, levantei-me e pulei para o meio da rua. Quando o motociclista retirou o capacete, percebi que era o genro de dona Francisca, que foi até a casa de Lúcia lhe entregar algo. Olhei para ele, sorri constrangidamente, abri os braços como quem pede desculpa. Ele respondeu sorrindo que teria feito a mesma coisa.

A conversa na calçada, o encontro na esquina, ou seja, esse lugar da troca, da dinâmica de conversar na porta de casa, se apresenta como parte integrante e crucial para a circulação de informação entre as pessoas e em última medida, a preservação dos laços comunitários. O cenário de violência pelo que pude perceber, interfere até nesta característica de uma comunidade solidária e profundamente interligada entre as pessoas. Essa imensa rede de solidariedade, de laços comunitários, expressa pelos eventos organizados por muitos moradores, como o baile de carnaval e os arraiais juninos, também se apresentava por meio destas conversas.

Em um dia acompanhei Dinho para comprar fraldas geriátricas em uma farmácia. Perguntei para quem seria e ele me explicou que um morador que tinha muito apreço por todos na Vila, que havia trabalhado na empresa de energia elétrica local, foi solicitado por uma vizinha para instalar algo relacionado à televisão a cabo. Para tanto, ele teria que subir no poste de energia elétrica para fazer o trabalho. Ele, segundo o que contam os moradores da Vila, estava bêbado quando foi fazer o serviço para a vizinha, caiu da escada do alto do poste e se acidentou gravemente, perdendo a capacidade de fala, locomoção.

Por meio do grupo em aplicativos de mensagens, vários moradores da Vila, os homens, se reuniram para contribuir com as despesas de casa deste morador enquanto ele estava melhorando, além de medicamentos, uma vez que ele era arrimo de família. Assim sendo, Dinho, pela organização do grupo, ficou responsável pela tesouraria da empreita, e comprou os medicamentos e as fraldas geriátricas. Foi organizado também um jogo de futebol, onde estiveram reunidos moradores e ex-moradores, familiares e amigos da Vila para confraternizar e, ao fim do jogo, fazer a entrega das cestas básicas para o vizinho que se acidentou.



Figura 2 - Futebol beneficente para ajuda a morador. Fonte do autor.

Os exemplos dessa rede de solidariedade, desse cuidado mútuo não se encerram aqui. Então, seja aplicando uma injeção em um vizinho na varanda de casa, como fazia Lúcia; seja ajudando um rapaz que já foi traficante de drogas, que se livrou por pouco de ter sido assassinado, dando-lhe a tarefa remunerada de limpeza da calçada; ou seja por se organizar coletivamente para fazer um baile de carnaval ou custear as despesas médicas da única pessoa que trabalha em casa, a Vila se apresenta, como Rita Laura Segato (2006) define, uma comunidade moral, em que quando tratamos dessa amálgama da solidariedade, ela reporta e comunica mais que feixes de ações isoladas, mas sim a própria definição do que é ser daquele lugar.

Essa comunidade, assim como várias outras, também terá como a própria autora prevê, éticas internas que muitas vezes vão ser antagônicas. Também

pude perceber isto nas falas dos moradores a respeito do uso de drogas pelos jovens. A maioria das pessoas do bairro, quando se manifestavam sobre o fato de na Vila “ladrão não atravessar”, faziam também um vínculo entre a ocorrências de ladrões (ou a ausência delas) e a presença de uso de drogas, especificamente maconha, cocaína e crack. Era consenso de que na Vila não tinha tráfico de drogas, “bocas de fumo” como os moradores mesmo falavam, nem usuário de drogas ou “membros de gangue”, que os jovens não usavam nada ali, por pertencerem a famílias que se conhecem e se comunicam, mas sobretudo porque o ser coletivo não permite, como regra tácita, que implicaria algum tipo de sanção, também tácita. Ainda que de fato eu, nas minhas andanças pelo bairro não tenha identificado nada a esse respeito, percebi que algumas histórias relatadas advinham das conexões que os moradores faziam entre o crime, cuja reprimenda seria um linchamento, e o possível envolvimento deste “criminoso” com o uso de drogas.

Compreendi que esta fala, de que na Vila não tinha a presença de tráfico de drogas, ladrões ou membros de gangues, estava sempre vinculada à esta reação comunitária violenta e tácita caso alguém se atrevesse a ser ou participar desta tríade. Isso era muito mais imperativo que de fato o que os dados poderiam afirmar sobre a presença ou ausência dessa tríade (tráfico, gangues e ladrões), em que pese eu não tenha de fato colocado isto como prisma na pesquisa, pois seria um outro caminho a ser percorrido, dentro da empreita da pesquisa.

Entretanto, compreendi que seria uma outra dimensão deste orgulho de punir coletivamente aqueles que interrompessem a ordem da Vila por colocar em contraste o caráter monolítico de solidariedade e de apreço pela punição existente entre a comunidade da Vila com o de outros bairros vizinhos que, segundo os moradores, seriam dominados por facções, que estariam nestes bairros porque, neles, a comunidade não era forte no sentido da solidariedade intensa e nem era firme no sentido das punições tácitas aplicadas pelos membros da comunidade, como é o caso do linchamento, como é na Vila.

3. Capítulo 3 – Os casos e contos sobre linchamento da vila e da ilha

Há muito tempo atrás, morava uma senhora já idosa aí colado da casa de Dinha Amélia. Um ladrão entrou na casa dela. Gritaram, esse ladrão pulou muro, correu de cá pra lá, mas agarraram ele. Amarraram ele num poste. Pois essa senhora veio de lá da casa dela com um cinto ou um galho na mão, e deu uma surra nesse pequeno. Parecia que até era filho dela. (Depoimento de uma moradora da Vila,2018)

Neste capítulo, me dedico a expor os dados que coletei na pesquisa de campo. Começo relatando as falas de alguns personagens, casos que ouvi sobre linchamentos, em conversas mais próximas com moradores da Vila sobre casos que elas mesmo lembraram e me contaram sobre os linchamentos e cenas “congêneres” de justiça popular. Elenco também os fatos que acompanhei mais de perto, nesse tempo em que estive em trabalho de campo, que se remetiam aos linchamentos e se comunicavam direta ou indiretamente com as pessoas que tive contato. Também trouxe em resumo alguns casos que repercutiram na cidade acontecidos em São Luís e também no interior do estado, em razão da repercussão geral na cidade, nos comentários dos moradores da cidade e da Vila.

Vários outros casos ocorreram no período em que estive em trabalho de campo na cidade de São Luís, mas – como já dissemos – inevitavelmente, é um fenômeno de difícil registro, quando consideramos a amplitude de formas que pode assumir. Por isso optei por trazer alguns casos, em razão da repercussão geral entre as pessoas, principalmente entre as pessoas que pude entrar em contato moradoras da Vila; pela atenção que as pessoas deram aos meios de comunicação por meio dos programas televisivos e sobretudo os programas de rádio, nas rodas de conversas, nas portas das casas, entre vizinhos e amigos.

Esse material constitui parte importante da pesquisa seja pelo fato de que proporcionou a mim a possibilidade de ir atrás das histórias que eram possíveis ser alcançadas, seja por ajudar a montar neste texto o cenário quanto à prática do linchamento, mas sobretudo ter acesso ao que se pôde ouvir, alcançando por meio das falas e repercussões dos casos nas conversas entre os moradores, os processos que os fazem nesta interação pensar a própria vida comunitária, de maneira coletiva.

O depoimento em epígrafe no início do capítulo é de uma moradora antiga da Vila que conta que sempre foi muito comum tanto os ladrões atuarem na região quanto os casos quando são pegos pela população. Ela também me disse que antigamente quando acontecia, não era como acontece atualmente, com essa violência *“que faz o povo matar o coitado”*.

Assim que iniciei a empreita sobre a pesquisa sobre os linchamentos, após o ano de 2007, me foram relatados um sem número de contos e casos. Nas conversas que fiz em 2018, a atuação de dois personagens era destacada: Hércules e Bida. Segundo alguns moradores que sempre acompanharam os acontecimentos na Vila, esses moradores eram os mais cruéis com os suspeitos de terem cometido algum roubo ou assalto. Eu conhecia Hércules e mantinha contato com ele, mas não pude conhecer Bida que sofreu um infarto fulminante enquanto dirigia próximo à Vila, enquanto eu estava lá, na pesquisa de campo. Como a morte dele ocorreu em meio a um acidente de trânsito na própria Vila, as pessoas comentaram bastante o ocorrido, e lembraram dele.

No dia do ocorrido, na esquina de cima da ladeira, as pessoas comentavam sobre a morte de Bida e se recordaram da maldade que ele expressava quando *“agarravam”* um ladrão no bairro. Certa feita, *“agarraram”* dois ladrões na Vila que tinham roubado na região do bairro Monte Castelo e tinham que atravessar a Vila. Bida, segundo as pessoas que contavam o caso, um homem muito gordo e alto, pulou em cima deles enquanto estavam no chão, já desacordados. Foram encaminhados para o hospital e eles não tinham certeza se um deles havia morrido. Essa raiva, segundo os jovens que estavam conversando, era porque ele tinha sido assaltado quando era mais novo, e isso o tinha traumatizado.

Hércules não mais morava na Vila quando cheguei para o trabalho de campo. Entretanto, em outras oportunidades que estive em São Luís, quando conversávamos, ele sempre perguntava a mim sobre quando ia entrevistá-lo para a pesquisa. Sempre foi notório um certo orgulho em não admitir de maneira nenhuma que houvesse a atuação de ladrões no bairro e reagir sempre que algum suspeito fosse *“agarrado”*. Era o mesmo tipo de sentimento contido na fala de outros moradores de que na Vila *“era diferente”*, do orgulho de a Vila ser famosa por linchar ladrões, mas Hércules falava disso como se fosse o mestre

de cerimônia, como se tivesse muito para me contar. Se não pelas histórias, pelo menos pelos sentimentos que segundo ele os moradores tinham sobre a violência na cidade.

Ainda que não mais morasse na Vila, ele sempre manteve vínculos com o bairro, sempre visitava amigos e familiares. E foi assim que eu o encontrei em uma roda de amigos no Bar do Maciel. Ele se lembrou junto com outros moradores de alguns casos que ocorreram e foi quando pude mais detidamente conversar com ele. Um caso que ele me contou, foi um em que ele se dirigia de carro para buscar a namorada em uma parada de ônibus quando ouviu um vizinho gritando “Ladrão!” e o barulho de pessoas correndo. Ele, dirigindo um carro, surpreendeu o ladrão em uma rua e avançou com o carro sobre ele, imprensando-o contra um muro. O ladrão, preso entre o carro e o muro, estava com uma faca. Hércules disse que só ia parar de acelerar o carro se ele soltasse a faca. Quando ele soltou a faca no chão, Hércules parou de acelerar o carro contra ele, foi quando a população começou o linchamento.

Nesta mesma oportunidade foram lembrados dois casos que quase culminaram em linchamento. Um deles ocorreu na rua exatamente em frente à casa de Dinho. Um ladrão foi cercado pela população e Dinho e Lúcia no calor do acontecimento não queriam que aquilo ocorresse ali na porta deles. O suspeito, estava em pânico, e pediu socorro. Dinho abriu o portão para o ladrão entrar enquanto a polícia chegava. Várias pessoas, na situação, passaram a repreender Dinho por ter feito isso, um inclusive estava com um capacete em mãos e lançou em direção a Dinho. Começou uma briga, exatamente quando a polícia chegou e dispersou o tumulto, levando o “ladrão” para a delegacia.

Um outro fato que ocorreu nos anos anteriores mobilizou uma multidão pois ocorreu entre a Vila e o bairro Retiro Natal, com busca de helicóptero da polícia e cobertura de emissoras de televisão. Dois assaltantes se esconderam nas redondezas da Vila e Retiro Natal e foram localizados pela população e presos pelos policiais. A população quase impediu que ele fosse encaminhado para viatura, pois queriam linchá-lo. Um dos jovens que estava na conversa disse que o policial chegou a afirmar que ‘se não tivesse tanta gente ele até deixaria’.

Enquanto conversávamos nesta mesma oportunidade, um conhecido morador por ser “usuário de drogas”, passou pela rua em frente ao Bar do Maciel. Cumprimentou com um aceno a todos e após passar pelo bar, os comentários que se seguiram foi de que corria um boato de que ele estava fazendo assaltos para poder “se sustentar” no vício e que aconteceu uma situação dias atrás, em que ele tinha roubado ou tentou roubar uma senhora, próximo ao bairro. A senhora conhecia ele, e foi a casa dele falar com os familiares, sobre a situação. Uma das falas na roda da mesa era de que a “surra dele já estava marcada”, ou seja, de que não tardava os moradores iriam puni-lo por meio do linchamento. Não tardou algum tempo após este encontro no Bar do Maciel, chegou a notícia no bairro de que ele havia sido preso em uma tentativa de assalto a um motociclista, em um outro bairro da cidade. Ao que novamente foi lembrado por Dinho e outros rapazes que:

Melhor mesmo ele ter sido preso, porque ele já estava abusado demais. Ia pegar um corretivo qualquer hora, se não fosse a consideração que o pessoal tem com a família... (Dinho, relato pessoal, 2018).

3.1 A categoria do “ladrão”

Lúcia fazia algumas reformas em casa, nos primeiros dias de março. Trocou o piso da casa e as peças do piso antigas foram retiradas e colocadas na calçada da casa para, em outro momento, serem levadas para um sítio onde ela pretendia construir um casebre. Esses azulejos ficaram por alguns dias na frente da casa antes de serem levados ao sítio. Em uma noite, as pessoas tanto da casa dela como os vizinhos, relataram ter escutado barulho de algo quebrando e de pessoas correndo na madrugada.

Lúcia realizava nesta noite plantão e chegou por volta de 7 horas da manhã em casa. Vani a havia buscado. Quando as duas desceram do carro repararam vários azulejos espatifados no chão, a ausência de várias peças de azulejos e, além disso, repararam várias manchas de sangue no asfalto, no chão na calçada da calçada. Eu cheguei por volta de meio-dia na casa de Lúcia, quando ela estava em pé na calçada olhando para o chão em meio a um mundo

de dúvidas e suposições sobre o que possivelmente teria acontecido. Ela disse algo muito próximo de:

Deus que me livre meu filho, mas tomara que este ladrão tenha se talhado inteiro tentando carregar esse porcelanato. Porque parece que foi isso que aconteceu. Essas manchas aqui é de sangue que caiu de alguma altura, como se fosse a mão. Ô raiva que eu tenho de ladrão. (Lúcia, relato pessoal, 2018)

No entendimento dela então algumas pessoas teriam tentado roubar as peças, mas alguma peça deve ter caído das mãos enquanto o suposto ladrão as carregava. E olhando para o chão ela foi descendo a ladeira, seguindo o rastro de gotas de sangue pelo asfalto a fim de que descobrisse mais alguma “pista” que levasse ao suposto ladrão. Pelo que ela mesmo me contou, ela mais ouviu histórias dos vizinhos próximos que rastreou alguma evidência e que ela devia mesmo era levar o porcelanato dali para o sítio.

Vários outros depoimentos que ouvi apontavam para estes casos de furtos às casas das pessoas, em que muitas vezes, os próprios moradores da Vila, ao relatar os assaltos, o faziam com alguma admiração pela ousadia das façanhas deles. Também vários outros relatos mais dispersos em que os próprios moradores conhecidos da Vila, ao “agarrarem” um suposto ladrão, em uma situação que o ladrão estava detido pela população e a polícia já havia sido acionada e estava a caminho, também roubaram o próprio acusado de roubo, muitas vezes dando sumiço aos próprios bens roubados pelo ladrão.

Vamo ali fazer uma fé no bicho, meu sobrinho. Corta ali na banca, deixa um milharzinho com seu velho, depois você me deixa ali no Cassino, pra eu rapelar aqueles velhos. Tu sabe, meu sobrinho, eu sou ladrão... (...) Meu sobrinho, quando eu era chofer, eu via muito disso aí (linchamentos), mas era só saber andar direitinho que nada acontecia. Nunca fui roubado trabalhando... Tem que ser mais ladrão que eles... Ah ladrão... (Bira, fala pessoal, 2018)

Essa é uma fala de Bira, o ex-taxista e namorado de Lúcia, que sempre se autodenominava “ladrão”, que para dizer que tinha adquirido ou iria adquirir algum tipo de vantagem, pelo fato de ser inteligente e astuto, sempre dizia que era “ladrão”, e fazia essa fala com os trejeitos de um bom malandro já vivido, o que me deixava intrigado, pelo menos no uso semântico da palavra “ladrão”, que nem sempre servia para denominar quem assalta ou rouba, merecedor de punição. Me intrigou ouvir pela manhã, que Lúcia gostaria que o ladrão estivesse

todo retalhado - por odiar ladrão - e, de tarde, no horário das 18h00 quando corre o sorteio do jogo do bicho pela loteria federal, Bira, seu companheiro, se auto intitular “ladrão” como forma de se elogiar.

Também foi notório que em muitas situações os homens da Vila decidiam e trocavam informações por meio do grupo de aplicativo de mensagens, sobre as situações de perigo, pessoas suspeitas andando pela Vila, entre vários assuntos. Tentei por mais de uma vez ser convidado para entrar no grupo do aplicativo, para ter acesso ao tipo de conversas e interações, mas de maneira muito polida, eles ignoraram meu pedido, o que me fez entender que seria um lugar reservado de fato. Certa vez na rua Gomes, havia a suspeita de moradores que a casa estava sendo alugada para pessoas que traficavam drogas. Os moradores inquilinos dessa casa eram totalmente desconhecidos de todos no bairro. Um dia, percebi que Dinho conversava no grupo de aplicativo, falando de algum tipo de movimentação na casa, e de um movimento que alguém no grupo iria fazer sobre estes inquilinos. Dias após esta conversa, Vani me relatou que, ela havia chegado de alguma festa, e o “velado” estava passando toda hora na porta dessa casa. O “Velado” seria o carro da polícia, disfarçado, sem identificação. O medo era que algo grave acontecesse, mas, felizmente, nos dias seguintes nada aconteceu.

3.2 Linchamentos na Ilha

Para iniciar a falar dos casos que tive contato e presenciei em São Luís, precisamos iniciar relatando brevemente, o caso de Cledenilson da Silva. No dia 6 de julho de 2015, São Luís ganhou as capas de vários jornais de circulação nacional, por conta de um linchamento bárbaro. Cledenilson da Silva de 29 anos foi amarrado em um poste, nu, linchado e morto. Ele estava com um amigo e decidiram roubar um bar. Eles foram acuados pelo dono do bar que reagiu ao assalto foram acuados e acabaram sendo linchados pelos vizinhos. O outro rapaz, mais claro que Cledenilson, se fingiu de morto e por isso foi poupado.



Figura 3 - Cledenilson da Silva, 29 anos, morto no Jardim São Cristóvão. Foto: Biné Moraes

A figura traz a imagem que chocou o país inteiro e fez com que a partir da repercussão deste linchamento, o poder público ficasse mais atento ao fenômeno do linchamento que, segundo as fontes que já até trouxemos na Introdução, desde 2013 começava a figurar como um fenômeno em ascensão em todo o país. Queremos trazer, entretanto, algo mais revelador para a ótica que resolvemos desempenhar aqui:

Eles destruíram a gente, acabaram com nós. Acabaram com ele. Ele foi embora, mas nós estamos sofrendo. Por causa disso meu marido parou de trabalhar, é com um monte de sacola de remédio, ele não pode andar, não pode subir ladeira, não pode fazer força, não pode nada. Eu tenho que trabalhar pra ajudar um pouquinho. Depois disso que aconteceu aí, abalou tudo... Quando ele via que não tinha nada na geladeira aí ele dizia: “É coroa, a geladeira tá zangada com nós. Mas não se preocupe não que eu vou fazer um bico por ali, ela vai logo ficar alegre de novo. Um menino que morreu de 29 anos, ele nunca teve um nada em delegacia... E essa aqui ele me deu, no dia das mães. Ele não tinha nadinha pra me dar e chegou do Ribamar e me deu essa santinha. “Pegue coroa uma Santa pra tu rezar pra ajudar a gente. E ela não ajudou ele. Talvez esteja ajudando agora... (...). Amarraram ele, quebraram o braço do meu filho, furaram o peito dele, quebraram três costelas dele, pra quê uma coisa dessa moço? Se já tinham tomado arma dele... Tavam dois, mas só mataram um. Mas é racismo. Porque mataram o preto. Porque você sabe que preto mesmo... que preto é difícil ter valor nesta terra. Só pode ter sido. E o branquinho veio se embora. Ainda tiraram a roupa do meu filho que ele tava nu. Isso é revoltante. Pra gente é revoltante.¹⁶

Destacamos aqui a fala da mãe de Cledenilson a respeito do que aconteceu com seu filho, para ajudar a montar junto com os casos que estão

¹⁶ Transcrição da fala da mãe de Cledenilson, em entrevista constante no documentário “A Primeira Pedra” (2018).

descritos abaixo, como a cena do linchamento é algo que compõe de maneira intensa a vida cotidiana que, pelo pequeno depoimento transcrito, a depender da situação, a própria população apresenta e nomeia as cores e valores, as razões pelas quais o linchamento pode também ser entendida. Este caso foi um emblema para São Luís, fazendo com que tanto sociedade civil como governo passassem a olhar para este problema.

Pelo que pude atestar em pesquisa de campo, a prática do linchamento não teve de fato nenhum tipo de tratamento especial, política pública ou estratégia de prevenção, como campanhas publicitárias ou ordem específica para atuação das forças de segurança pública, por parte do poder público, em que pese tenham ocorridos iniciativas isoladas de debate no âmbito acadêmico local.

3.2.1 Linchamento na Mangaba – janeiro de 2018

Com cinco dias de estadia em São Luís, aconteceu um assassinato em um bairro próximo à Vila, a Mangaba. Soube do fato dias depois, em uma conversa entre Dinho e outras pessoas, enquanto andávamos pela Vila. O fato foi que uma adolescente, que era conhecida das pessoas que falavam conosco nesta oportunidade, foi morta a facadas por outra mulher¹⁷.

Como a notícia se espalhou e repercutiu pela Vila, em razão da proximidade da localidade e do fato de alguns moradores conhecerem as pessoas envolvidas, em momentos diferentes escutei algumas versões sobre o fato. Uma delas conta que a suspeita de ter assassinado a adolescente é moradora do bairro Prainha, que se juntou supostamente com outras, uma ou duas mulheres moradoras da Mangaba, para tirar satisfação da adolescente assassinada a respeito de uma troca de mensagens entre ela e o namorado da suspeita de ter assassinado a jovem. Elas acabaram brigando e a jovem acabou sendo assassinada.

¹⁷ Descrevo o caso resumidamente, o que foi notícia à época (ESPANCADO, 2018).

Dias depois, Francisca me contou que soube no bairro que uma das mulheres que estava junta da suspeita de ter assassinado a jovem no ocorrido, foi linchada e expulsa do bairro, por membros da Facção, na Mangaba. E pelo rádio, ela ouviu que esta mesma mulher que fora linchada foi encaminhada para a delegacia como suspeita.

3.2.2 Linchamento na Vila – Março de 2018

Uma das minhas indagações iniciais, quando começava o trabalho de campo no fim de janeiro, era se eu presenciaria novamente, como presenciei em 2007, na Vila, uma cena de linchamento. Pensava que algumas dinâmicas da vida cotidiana comunitária haviam se transformado, bem como a maneira como os assaltos e roubos relatados em anos anteriores aconteciam, ou a própria forma de atuação da polícia, fazendo com que eu não mais pudesse presenciar alguma cena de linchamento ou vinculadas à cena de violência no bairro.

Em meados de março, entretanto, fui surpreendido. Apesar de eu estar a pouco tempo em trabalho de campo (pouco menos de um mês), ainda tateando os locais e as pessoas da Vila, os moradores já sabiam o que eu estava fazendo ali. Uma moradora que eu não conhecia, vizinha de Lúcia, descia a rua Gomes e me avistou na janela da casa. Como se não fosse nenhuma novidade para ela o que eu estava fazendo ali, ela me disse: *“Acabaram de agarrar um ladrão lá em cima da ladeira”*. Eu imediatamente corri para ver o ocorrido. Assim que cheguei no topo da ladeira, vi todas as sacadas das casas cheias de moradoras. O suspeito, ao que parecia, já tinha sido agredido bastante, estava sentado no chão, sem camisa, pele vermelha, e marcas como se fossem arranhões, algumas com sangue. Contrariando a regra, era um homem adulto de pele clara. Passei a filmar a cena de longe pois temia ver o pior.

“Agora? Depois que ele já apanhou?”. Foi a primeira fala registrada no vídeo. Era de uma vizinha que, da sacada da sua casa, escutava o barulho da viatura que chegava nas redondezas e em segundos chegou na rua. Quando a polícia chegou, pude identificar quem havia sido vítima do roubo e acusava o suspeito de tê-la roubado. Somente os homens se dirigiam ao suspeito, a maioria

de jovens. Os mesmos que sempre eu via nas esquinas das ruas da parte de cima da Vila. Faziam ameaça ao suposto ladrão, antes da polícia tomar a providência de encaminhá-lo à delegacia. E assim ocorreu.

Depois que a viatura foi embora soube de mais detalhes do ocorrido. Ao que parece a vítima e o suspeito desceram do ônibus que vinha da Praça Deodoro e saltaram na parada da praça Catulo da Paixão Cearense. Logo que saltaram, o homem puxou a bolsa da mulher e partiu correndo. Ela logo acusou, aos gritos, que tinha sido assaltada o que fez com que alguns jovens corressem para a rua. Era próximo ao meio-dia, portanto as ruas não estavam tão cheias. Quando “agarraram” ele, a gritaria já tomava conta da rua, e começou o espancamento. A sorte do suspeito foi que o encurralaram em frente a casa de um pastor de uma igreja que, ali naquela rua, tinha algum poder para evitar uma tragédia maior. O pastor dizia que ali na porta da casa dele não haveria morte.

Após a viatura sair em velocidade com a vítima e o suspeito, conversei um pouco com outras pessoas que assistiram a cena, entre elas as moradoras que viram o ocorrido da sacada. Elas estranharam que o suspeito era, segundo elas, “um homem formado”, “já velho”. Além disso, algumas pessoas que lá estavam, e depois nos comentários em conversa que acompanhei com Dinho à noite, foi dito que o suspeito era conhecido de alguns pois morava no Tiriri, um bairro próximo e mal visto pelos moradores da Vila, por ser, segundo eles, reduto de “traficante, ladrão, peça ruim”.

3.2.3 Linchamento na Forquilha – março de 2018

Em março de 2018, ocorreu um linchamento pelos moradores e transeuntes no bairro da Forquilha, um homem estava sendo espancado quando a polícia chegou. Segundo os relatos, o homem teria cometido um assalto nas redondezas, entretanto, a polícia identificou a vítima do assalto que o inocentou. Como ficou muito ferido, ele teve de ser encaminhado ao hospital pelos policiais. O caso foi muito comentado entre as pessoas na cidade e bastante divulgado

nos meios de comunicação, em razão de que foram divulgados vários vídeos da agressão em programas de televisão, e redes sociais¹⁸.

No dia seguinte ao ocorrido, fui informado por Francisca do local exato onde ocorreu o caso. Fui ao posto de gasolina que ficava próximo ao local e os frentistas me relataram o que foi divulgado pelos jornais e que, além disso, o homem que foi linchado corria em direção ao posto de gasolina, mas que caiu no canteiro da rodovia. Foi quando começaram as agressões. Um dos frentistas disse que uma pessoa que participava do linchamento foi até o posto para comprar gasolina, pois havia a intenção de atear fogo no homem. Os frentistas se negaram a vender, por ordem do gerente. A polícia, segundo eles, chegou minutos depois.

3.2.4 Linchamento no bairro São Francisco – abril de 2018

Em 10 de abril, ocorreu uma morte por linchamento no bairro São Francisco que fica distante por volta de 8 quilômetros da Vila.¹⁹ Fato é que ocorreu um assalto em uma parada de ônibus. A vítima era um senhor que trabalhava para a empresa de energia elétrica (CEMAR). Dois rapazes vieram em uma moto anunciaram o assalto e fugiram. O senhor entrou no primeiro ônibus que passou, para pedir ajuda. O ônibus tocou a viagem, mas, um pouco adiante, um acidente tinha ocorrido na avenida: na fuga, a moto em que estavam os assaltantes derrapou e eles caíram. Um deles escapou de moto. O que sobrou, ainda atordoado no chão, tentava se levantar quando o homem que havia sido assaltado gritou de dentro do ônibus que eram eles que tinham o assaltado. Logo desceram vários homens do ônibus, lincharam o assaltante que havia caído e após a polícia chegar e encaminhá-lo para o hospital, ele morreu.

Esse seria mais um caso entre muitos que ocorrem na ilha, cujo tempo e possibilidades desta pesquisa inevitavelmente não conseguirão abarcar.

¹⁸ Descrevo o caso resumidamente, mas foram consultadas as reportagens de alguns veículos de comunicação (HOMEM, 2018).

¹⁹ Descrevo o caso com base nos depoimentos colhidos e com base nas notícias dos meios de comunicação. <http://maranhaonoticias.com/porta/espncado-por-populares-assaltante-morre-no-hospital-em-sao-luis/>

Entretanto, um fato me levou até o ocorrido. A esposa do homem que havia sido assaltado trabalha no mesmo posto de saúde em que Lúcia trabalha, no bairro São Francisco. Lúcia me contou isto como se estivesse trazendo um prêmio para mim. Eu já soubera do ocorrido pois no dia seguinte, na casa de Lúcia, Francisca fazendo a resenha das notícias de rádio, logo me contou sobre o ocorrido. Busquei mais algumas informações e recebi a ligação de Lúcia.

Ela insistiu para que eu entrevistasse a esposa do homem que tinha sido assaltado. Eu poderia até dizer que não era um procedimento que eu estava adotando, mas como isto também faz parte do trabalho etnográfico, inclusive se deixar levar pelo que o próprio informante compreende como o fenômeno, eu – ainda bem - atendi ao seu pedido.

“Ainda bem” porque me revelou um pouco mais. Lúcia, ao falar com a esposa do homem que foi vítima do assalto sobre uma “entrevista a respeito do linchamento”, para marcar a minha ida no posto de saúde coincidindo com o plantão dela e da senhora, viu bastante resistência por parte da esposa do homem que foi assaltado.

Marcou e desmarcou várias vezes, por resistência da esposa do senhor que foi assaltado, até que por fim, uns 10 dias após o ocorrido, consegui encontrá-la. Como era horário de expediente, Lúcia me apresentou a ela rapidamente e fomos a um lugar reservado no posto de saúde para que eu conversasse com ela. Ela me relatou a história que mencionei acima. Mas também, veio pedir desculpas a mim, porque quando Lúcia comunicou a ela “meu intuito” de entrevistá-la, ela falou com o marido que a advertiu que ela não aceitasse ser entrevistada. Ela me disse que eles ainda estavam muito assustados com o ocorrido e que ela estava com medo, por isso não queria falar comigo.

Dias após este encontro, Lúcia me relatou uma parte da história que a esposa do senhor não me disse. Para Lúcia, a senhora disse que o seu marido também havia descido do ônibus e participado do linchamento. Como forma de atenuar esta informação, ela disse à Lúcia que ele não participou “muito”. Lúcia interpretou que essa fala, de que ele não participou “muito”, era medo de que o marido pudesse ser identificado como assassino do homem que foi linchado.

Por fim, ainda que este encontro não estivesse dentro do que planejei como procedimento dentro da pesquisa de campo, o relato foi importante por

revelar nuances sobre o fenômeno que não estavam palpáveis na notícia jornalística, ou da impressão de quem teve acesso a ela.

3.2.5 O “tribunal do crime” – julho de 2018

Em julho ocorreu um caso de linchamento com morte que chamou a atenção em São Luís²⁰. A morte da vítima do linchamento segundo consta como uma das versões do ocorrido, foi encomendada pela esposa da vítima. Segundo a versão que conta, ela havia sido estuprada pelo marido e, por isso, pediu ajuda a outras pessoas para espancar e executá-lo. Essas pessoas faziam parte da Facção e, segundo conversas com Dinho e outras pessoas da Vila, a região onde esse linchamento aconteceu é famoso pela sua atuação. Foram presas quatro pessoas, mas o linchamento contou com a participação de mais de 20 pessoas.

3.3 No interior

Por vezes, as limitações da pesquisa de campo obrigam pesquisadores a fazer opções que significam necessariamente a abdicação de muitas outras. Entretanto, cabe aqui neste texto, elencar que a prática de linchamentos bem como toda a arquitetura punitiva por trás do fenômeno, também se espalha por vários outros lugares dentro do próprio estado do Maranhão. Além disso, a repercussão de alguns destes casos se tornava notável nas conversas cotidianas dos moradores da Vila e em São Luís.

Um dos primeiros casos que tomei nota, após o linchamento que presenciei na Vila em 2007 e após começar a registrar informalmente os casos ocorridos no Maranhão, foi o caso de Cururupu, município de 30 mil habitantes, distante 400 quilômetros de São Luís. Em 2009, ocorreu o assassinato de um servidor público, José Mariano Franco Monteiro de 50 anos. O (na época) suposto assassino foi preso e encaminhado para a delegacia. Segundo os

²⁰ Relato resumidamente o fato, tendo como base os noticiários de televisão, rádio e internet (POLÍCIA, 2018).

jornais²¹ da época, por volta de quinhentos moradores participaram da ação, invadiram a delegacia a fim de que o suposto assassino fosse retirado para ser linchado.

Com pouco efetivo policial na cidade, não foi possível conter a população que incendiou viaturas, saqueou e depredou por completo a delegacia. A virulência em grande parte se deveu ao fato de que a polícia conseguiu colocar o suposto assassino em helicóptero enviado para resgatar policiais que retirou imediatamente o suspeito da cidade. Mais de 25 pessoas que cumpriam pena na delegacia fugiram com medo de morrerem nas mãos da população, policiais foram gravemente feridos e um morador baleado.

3.3.1 Araiõeses – Junho de 2018

Muitas são as histórias de linchamentos pelo estado do Maranhão. Enquanto eu estava em São Luís, realizando trabalho de campo, um caso de grande repercussão foi do fato ocorrido²² na cidade de Araiõeses, município a 300 quilômetros de São Luís. Aos moldes do que ocorreu em Cururupu em 2009, uma pessoa acusada de ter cometido um homicídio, foi encurralada em uma casa, e a população enfurecida queria linchá-lo. Policiais chegaram até a casa onde ele estava encurralado, deram voz de prisão, mas não conseguiram nem mesmo encaminhá-lo para dentro da viatura, pois a população o tomou das mãos dos policiais.

Segundo alguns veículos de mídia e programas de rádio que à época noticiaram o fato, mais de duzentas pessoas estiveram mobilizadas neste linchamento. O destaque deste caso é que a repercussão das falas dos dois únicos policiais militares da cidade, afirmando que não havia o que ser feito por eles contra a multidão, expôs a situação do baixo efetivo policial dos municípios maranhenses, o que foi noticiado e gerou, à época, a necessidade de

²¹ Descrevo o caso resumidamente, mas foram consultadas as reportagens de alguns veículos (POPULARES, 2009; MP, 2009; MORADORES, 2009).

²² Descrevo o caso resumidamente, mas foram consultadas as reportagens de alguns veículos (POLICIAIS, 2018; VIEIRA, 2018; SUSPEITO, 2018).

explicações por parte do poder público. Cabe destaque, neste caso a fala do delegado de plantão, registrada:

“Os policiais estavam lá e tentaram prender, mas a população partiu para cima dele. Dois policiais contra 80...100 populares poderiam fazer o que? (...). Existem várias ocorrências aqui na cidade. É quase uma tradição esse tipo de justicamento por aqui. Só comigo aqui já aconteceram três vezes e eu, pessoalmente, já tive que ficar na porta da delegacia, literalmente, para tentar evitar. Já tive que pedir reforço para colegas do Piauí porque não temos efetivo policial” (SUSPEITO, 2018).

Além disso, neste caso de Araisoses, toda a família do homem que foi assassinado no linchamento teve que se mudar, pois corria risco de também ser linchada, já que segundo as notícias dos jornais, os irmãos do homem assassinado eram conhecidos por cometer pequenos delitos na cidade²³.

3.3.2 São João do Soter – Junho de 2018

O outro caso ocorrido no interior que ganhou repercussão em São Luís, pela longa história mórbida de 2 dias de tragédias, foi o de São João do Soter, a 413 quilômetros de São Luís²⁴. Em um festejo junino ocorrido em 30 de junho, uma desavença ocasionou a morte de 3 pessoas por arma de fogo. O acusado de cometer o triplo assassinato fugiu para uma região de mata. Dentre as pessoas mortas, estavam o secretário de cultura e um vereador do município. Durante as buscas ao suspeito, no dia seguinte, um filho do ex-prefeito da cidade encontrou o acusado, entrou em confronto com ele, mas foi morto. Em seguida, a população linchou o acusado, matando-o. O irmão do acusado também foi linchado por ter supostamente o ajudado a fuga no dia anterior.

3.4 O caso à parte: Femicídio de Maria

Cheguei à Vila para ambientação do trabalho de campo, na segunda quinzena de janeiro de 2018. A Vila estava mais movimentada que o normal por

²³ A informação sobre o caso foi veiculada por programas de rádio e sites (FAMILIA, 2018).

²⁴ A informação sobre o caso foi veiculada por programas de rádio e sites (CUTRIM, 2018).

conta das férias escolares, o que fazia as ladeiras estarem repletas de crianças brincando, quase todos os dias. Mas assim que cheguei também escutei o barulho de cochichos que chegaram por diversos meios aos meus ouvidos.

Em uma das primeiras vezes que estava conversando com alguns moradores, foi na porta da casa de Leandro, amigo de Dinho. Estavam eu, Dinho, e outros rapazes moram na Vila. O tema era o assassinato de Maria.

Maria era filha de Agenor e de Dona Marta. Ela era uma jovem de 29 anos, que foi morta pelo companheiro, a facadas, no final de 2017. A família de Maria é uma tradicional família da Vila. O pai de Agenor era açougueiro antigo que trabalhava em bairro próximo à Vila. Maria tinha três irmãos, outros vários primos e primas, a maioria jovens adultos da faixa de 30 a 40 anos de idade todos moradores da Vila e bairros vizinhos.

Na conversa em que eu estava com Dinho e os outros rapazes, eles recapitulavam o dia em que a notícia da morte de Maria chegou na Vila. Ela já não mais era moradora da Vila depois de ter se casado. Segundo eles, um dos seus irmãos, ao saber do ocorrido, alcançou um facão e saiu de carro com outras pessoas, para a casa dela. Já havia algum histórico de violência cometida pelo seu assassino e ela, na relação que eles tinham. Os irmãos dela, junto com outros amigos e parentes da família saíram decididos a vingar a morte da irmã e iniciaram a busca pelo assassino.

Pelo que eles conversavam, era como se houvesse algum tipo de interdição na fala sobre como as coisas aconteceram exatamente, como se outras pessoas moradoras da Vila também tivessem ido atrás do assassino, dispostas a linchá-lo ou matá-lo. Na ocasião não foi possível. O assassino ficou foragido por quase 30 dias, até que a polícia o encontrou, segundo as fontes de notícias que encontrei. A violência deste crime alcançou as principais capas de jornais e foi manchete em diversos outros veículos em São Luís de televisão e rádio.

Mais um fragmento sobre este evento chegou até mim por meio de uma outra conversa acontecida na esquina da casa de Lúcia onde se encontravam alguns familiares e vizinhos, dias depois de quando tive a primeira conversa entre Dinho e Leandro e os outros rapazes da Vila. Quando cheguei em São Luís, o caso do feminicídio de Maria já tinha sido julgado, o assassino já estava em cumprimento

de pena. Como ele era uma pessoa conhecida do bairro, por ter frequentado a Vila enquanto o casal ainda namorava e nos anos iniciais da relação, as pessoas ainda comentaram bastante sobre este crime.

Alice, uma das pessoas que estava na conversa na calçada da casa de Lúcia, soube notícias do assassinato de Maria por outros moradores e amigos da família que moram na rua dela. Carlos, o filho de uma vizinha dela, pessoa muito conhecida na Vila, estava preso no Complexo Penitenciário do Anil, e se deparou com o assassino de Maria dentro da carceragem. Eles se conheciam. Carlos disse a ele que soube do ocorrido e perguntou o porquê de ele ter feito aquilo. Segundo ela, ele afirmou estar arrependido, e que ele temia pela sua própria vida. Carlos disse que ele estava muito machucado por ter sido espancado, o que causou surdez permanente de um dos ouvidos. Ele afirmou que o assassinato de Maria sofreu castigos tanto de carcereiros como de membros da Facção que conheciam Maria e sua família.

Antes de entrar no terceiro fragmento sobre a história de Maria que eu tive acesso, cabe falar do bairro da Mangaba. Contíguo da Vila, do outro lado da Avenida Lincon, entre ela e a região do bairro da Madre Deus existem alguns bairros pequenos: Lira, Belira e o bairro da Mangaba, todos integrando também a região do centro de São Luís. A localidade que se chama Mangaba é a mais próxima da Vila. As pessoas da Vila me advertiram bastante sobre transitar pelas ruas desta localidade que, segundo elas, era onde funcionavam “bocas de fumo”, e tinha a presença de gangues, facções. Irei retornar a presença de gangues nas comunidades posteriormente.

O fato é que a família de Agenor, pai de Maria, reside há algum tempo, desde a infância dos filhos, perto de um conhecido local de venda de drogas, na localidade da Mangaba. Segundo algumas pessoas que conversei na Vila sobre o caso, vários integrantes da Facção tinham emitido um alerta sobre o assassinato de Maria em razão de que eram amigos na infância e segundo as falas que ouvi, “Seu Agenor” era muito respeitado no bairro.

Na mesma conversa que ocorreu na esquina da casa de Lúcia, alguém mencionou que a Facção apenas passou um recado ao espancar o assassino de Maria dentro da cadeia, que “o que era dele” estava guardado, que a morte

dele aconteceria assim que ele pisasse fora da cadeia. Chego aqui ao terceiro fragmento de conversa sobre este caso.

Uma vez no mês ocorre um evento de samba no bairro da Madre Deus, famoso reduto da cultura maranhense. O evento fica cheio, principalmente de pessoas que moram perto da Madre Deus como é o caso da Vila, e essas localidades que mencionei há pouco (Lira, Belira, Mangaba, Cuba). Nesta feita também eram as prévias de carnaval, então o bairro estava movimentado. Fui com Dinho e, chegando lá, encontramos várias pessoas da Vila. Nos juntamos a eles para aproveitar o evento juntos.

Dentre os amigos que estavam também os irmãos de Maria. Eu estava perto de muitas pessoas, mas me atentei para uma conversa que estava acontecendo perto de mim, mas ao “pé-de-ouvido”. Um dos irmãos dela falava com outro jovem sobre o que tinha ocorrido e sobre a atuação da Facção neste caso. Ele dizia que a Facção ia trazer o assassino à sua presença, e que ele - o irmão de Maria - é quem mataria o assassino. Ainda disse que ele deveria picar o corpo do assassino pedaço por pedaço, para ele sofrer aos poucos e que o aviso já tinha sido passado ao assassino, dentro da cadeia, de como aconteceria. O irmão dela, consegui perceber, falava sobre isso com muita revolta e ansioso para que isto de fato acontecesse.

Em que pese este caso não tenha acabado em linchamento da forma como o fenômeno tem sido noticiado, com todos os detalhes e formas, destacamos este caso pelas peculiaridades conjugadas que ajudam a compreender o linchamento como produto de uma tensão maior, anterior ao ato de linchar em si, com vários atores envolvidos.

A tentativa de aproximação neste caso em específico, dos familiares de Maria, seus irmãos e pais, a fim de que mais informações pudessem ser levantadas, se mostrou como um procedimento complicado que me desafiou a desenvolver o olhar etnográfico. Os pais de Maria ainda sentiam muito a perda da filha, mas era diferente por exemplo dos irmãos de Maria que evitavam falar e, ainda que eu tivesse mais possibilidade de conversar com eles, pois eram amigos de Dinho, senti que este tema era de alguma forma um assunto

interditado, que não me atrevi a tentar tocar para, nem em tom de brincadeira, novamente ser confundido com algo além de um pesquisador, como um policial.

3.5 A Mangaba e a Facção

São notórias algumas mudanças nos últimos anos, ditas pelas próprias pessoas que vivem na Vila e pelos casos que eu pude acompanhar sobre esse justicamento popular cujo linchamento faz parte. Além dessa alteração da arma branca para a arma de fogo que mencionei anteriormente no caso da forma como os assaltos ocorrem segundo às falas das pessoas, os relatos também apontam para a atuação em São Luís de um ator muito recente nas periferias do nordeste do país, que são as facções criminosas nos moldes ou filiadas às organizações criminosas de Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo vários moradores, o controle da ação de aplicar o castigo, punir alguém que tenha roubado no bairro, está agora nas mãos das facções. Mesmo quando defendem que a Vila não tem presença de facções, vários moradores mencionavam que em bairros próximos as facções dominavam. Segundo eles, são elas que decidem agora quem é punido e prevê os motivos pelos quais as pessoas devem ser punidas.



Figura 4 - Recado no muro no bairro Mangaba: “Proibido roubar na comunidade e usar drogas em via pública. Respeita o espaço de todos moradores, se não estará sujeito a pena de morte sem exceção.”

O bairro da Mangaba, como foi explicado no relato do feminicídio de Maria, é vizinho da Vila e conhecido por ter a atuação de facções. Este lugar é um cruzamento entre duas ruelas que tem uma vala no meio, e é conhecido dos moradores da Vila como a “boca da Mangaba”. A frase escrita no muro na Figura 4 foi uma das primeiras indagações que fiz sobre a atuação das facções, como um novo ponto na paisagem das periferias de São Luís.

Escutei duas versões sobre quem poderia ter escrito a frase no muro. A primeira delas foi de que um morador que mora ali perto escreveu para dar a impressão de que foi a Facção que emitiu aquela ordem, como quem quisesse conferir validade à mensagem. Já a outra versão me pareceu mais fidedigna. Da primeira vez que vi a frase no muro, tinha muito mato na frente do muro e no local. Quando fiz o registro, entretanto, estava bem limpo e tudo capinado. Tinha que ter um motivo para fazer aquela fotografia naquele lugar, pois já tinha sido advertido para não fotografar sozinho, então aproveitei uma oportunidade de um bloco de carnaval que passaria pela rua, e segui junto como quem fotografava o bloco de carnaval. Depois, conversando com Leandro, vizinho de Dinho, comentei sobre a frase no muro na Mangaba. Ele me informou que era sim a Facção que escreveu a frase e perguntou se eu não reparei que estava tudo sujo

com mato dias antes e que agora estava limpo. Ele prosseguiu dizendo que um jovem lá da própria Mangaba estava devendo dinheiro para a Facção e, como castigo por ter desobedecido a ordem, “tomou uma surra”, como ele disse, e teve que limpar toda a área do largo da “Boca da Mangaba”.

A Facção domina a área do centro de São Luís, onde se situa a Mangaba. Em vários bairros, os muros das casas eram pichados com as siglas da Facção e os moradores usavam vários apelidos para tratar dela, ou os seus membros. A Facção tem ligações diretas com as organizações criminosas do sudeste do Brasil, domina a capital São Luís e figura entre as maiores do país.

Para os maranhenses, o principal uso do termo “bolo” (além do alimento) é a palmada na palma da mão que antigamente as professoras aplicavam com uma palmatória aos alunos por algum motivo. Conversei uma tarde com alguns pedreiros que faziam obras na casa de Lúcia. Eles conversavam comigo sobre um roubo que tinha acontecido no bairro de dois deles, a Cidade Operária. Um deles retira o telefone celular e reproduz um vídeo que retratava o suposto ladrão havia sido capturado pela Facção.

Na filmagem aparecem alguns homens armados e o suposto ladrão é questionado se ele sabe o porquê que ele ia ganhar o “bolo”. Ele diz que não mais vai roubar no bairro. A pessoa que filmava pede para que o ladrão estique a mão e antes de dar um tiro na palma da mão, diz no vídeo que é para que sirva de lição, que onde a Facção comanda, a regra é essa, não pode roubar na comunidade, e quem desobedece recebe o “bolo”.

Lúcia me disse que é bastante comum este tipo de ocorrência, que ela mesma, nos plantões dos hospitais que trabalha, já atendeu vários garotos vítimas desse castigo, alguns perdem dedos, outros recebem o “bolo” no pé e perdem os movimentos. Outros moradores me afirmaram que isto aconteceu também em outros lugares e que tem vários vídeos na internet.

Estes são os vários casos e demais materiais que colhi no tempo em que estive em São Luís, realizando trabalho de campo. Depois disso, retornei à Brasília, mas, como acontece com as pesquisas que fazemos, elas nos seguem

para onde vamos. Em setembro de 2018, recebi uma ligação de Dinho, em que ele me relatava mais um caso de tentativa de linchamento.

No dia de Cosme e Damião, as periferias de São Luís ficam repletas de crianças para, conforme o costume *afro-brasileiro-cristão*, pegar doces pelas ruas. Dinho estava pronto a ir ao trabalho e de repente, na calçada de casa, viu algumas crianças e jovens reunidos para pegar doces. As crianças não eram do bairro. Ao que parece, segundo ele, começou uma briga cuja uma jovem, mais velha que os outros, pediu uma faca ao um outro jovem que estava no grupo. Dinho logo estranhou a conversa e desceu, questionando a jovem, do porquê ela estava com uma faca enquanto buscava doces de Cosme e Damião. Quando Dinho desceu, o jovem que estava com uma faca o afrontou apontando a faca para ele. O problema é que Dinho é servidor público e trabalha armado, e estava armado na hora. Apontou a arma para o alto e deu disparos. O jovem imediatamente se deitou no chão e largou a faca. Os outros que estavam juntos, inclusive a jovem que pedira a faca, correram.

Os vizinhos imediatamente saíram à rua e viram a cena. A essa altura, Dinho tendo o jovem em sua mira, pediu para alguns vizinhos ligarem para a polícia. Não demorou muito para os rapazes da vila aparecerem na situação. Dinho contou o que aconteceu, os ânimos dos jovens da Vila se exaltaram. Ficaram agressivos com o fato de um jovem que era do bairro vizinho do Tiriri, ter puxado uma faca para alguém da Vila, na Vila, e logo Dinho. Os rapazes da Vila queriam espancar o jovem, e Dinho teve que os impedir, sob pena de desobedecer aos protocolos e procedimentos de sua profissão.

A polícia chegou e levou o jovem. Segundo Dinho, reportou tudo aos policiais e agradeceu a chegada deles pois temia acontecer algo que fugisse do controle, naquela situação.

Todos estes casos que trouxe neste capítulo, assim como as conversas, compõem a vida cotidiana não só da Vila como de São Luís. Eu não esperava depois de olhar para todos eles que esta realidade fosse falar tanto comigo, mas foi como se os casos gritassem para mim, e se fizesse urgente a necessidade de interpretá-los.

4. Capítulo 4 – A raça e o império dos homens

Já foi dito que São Luís é uma cidade eminentemente negra, se considerados seus dados populacionais totais e que seus processos históricos e demográficos guardam estreita ligação com este fato, o que fez com que em determinados lugares de São Luís sua população negra se concentrasse mais que em outros, passasse por processos sociais distintos e próprios no que diz respeito à dinâmica social como um todo, mas, principalmente, no que diz respeito à violência, e os dados sobre os homicídios e os poucos dados sobre os linchamentos nos auxiliam a interpretar isto. A Vila é também pertencente a este lugar histórico, geográfico e social de comunidade negra e periférica e não está sozinha. Como me disse um militante negro em São Luís, *há milhares de Vilas Passos*.

Não..., mas esse negócio não tem nada a ver não... Não é porque o cara é preto não. É porque é vagabundo, *rapá*. Ladrão tem que se lascar se for preto branco ou amarelo... Oxe, se eu sou preto...o que tem a ver? (fala de um morador da Vila).

Tendo descrito neste texto vários relatos e histórias que tive a oportunidade de ouvir e de algum modo tocá-las com a minha presença de pesquisador, restavam-me indagações. Considerando o estado e a sociedade brasileira, nascidos e crescidos sobre um intenso conflito racial não nomeado, como fazer a conexão entre a realidade que toquei, com seus relevos próprios, e as várias formas de entender a premência do racismo estruturante da nossa sociedade, que define os preços das vidas negras?

O depoimento acima, de um morador da Vila, ao conversar comigo sobre os casos de linchamentos que ele tinha conhecimento e participado, é emblemático e nos remete à figura tratada por Rita Laura Segato como o roubo do espelho da Rainha Má:

El daño no es solo el de sumirnos en un sueño falso de expectativas no reciprocadas, el problema es el mismo que Fanon relata en su

dolorosa página sobre su llegada a Paris con su fantasía de ser francés: alguien que nunca se había mirado al espejo. (...) Porque lo que hace el patrón de colonialidad es sustraernos el espejo, impedir que tengamos una imagen verdadera de nosotros mismos, del aspecto de nuestro propio rostro, para usar una figura cara a Lévinas. (...). La colonialidad cubrió con un paño ese espejo indispensable que nos revela quiénes somos realmente y así obstruyó nuestra relación con él como camino indispensable hacia nosotros mismos. No podemos ver que somos emanaciones de un paisaje, que la raza no es meramente substancia de los cuerpos, sino de los paisajes que nos constituyen. El paisaje es una posición geopolítica en el mundo y tiene color, es racial y relacional. La posición de nuestro paisaje, que no solo habitamos, sino que nos habita, es la del que fue usurpado, que fue rapiñado, que fue expropiado, aquel cuyas riquezas fluyen hasta hoy en una dirección que no es la nuestra. Y nosotros somos ese paisaje, pero no tenemos espejo que nos lo diga. (SEGATO; ÁLVAREZ, 2016, p. 27)

Compreendendo a fala do morador, baseada na negação de que possivelmente o racismo pode estar relacionado com o linchamento em razão de ele ser negro e linchar outros homens negros, e sabendo que este é o tom geral discursivo sobre como o racismo não está relacionado com vários fenômenos e não só a cena de linchamento, encontrei mais razões para entender o caminho etnográfico como uma escolha que poderia abrir mais portas na minha investigação.

Por meio da etnografia consegui me esquivar das explicações que iriam se encerrar em um círculo de contraposição entre os discursos populares mais amplos a respeito da sensível questão da raça (que apontariam para algo no teor do que disse o morador da Vila) e os dados numéricos sobre violência, as ausências estatais tanto na computação dos dados, ou como outras, da dimensão de políticas públicas. A pesquisa realizada me permitiu ver que a rainha má subtraiu o espelho, mas em seu lugar colocou uma pintura. Esta pintura, um reflexo falso do que somos, comunica-nos que aqueles que seriam nossos semelhantes são os outros e, além, mostra sobretudo que nós, olhando para nosso falso reflexo, apenas nos afirmamos se eliminamos este outro. A raça, nesse sentido, concordando com Segato, é substancialmente a própria paisagem que comunica não só a ausência de lugar de conforto cognitivo, mas a própria destruição deste eu como razão de ser.

Portanto, calhou nesse texto de a menção sobre a raça não aparecer, enquanto curva a ser feita, um ponto de inflexão por meio de uma pergunta de

questionário ou de entrevista, que suscitaria com que o público gingasse ao som da pergunta. Nem foi a raça algum tipo de mirada planejada que pudesse contrastar vivências diferentes das que me foram possíveis de acessar, como o espaço negro com outros espaços, a periferia com o centro, a orla com a favela.

A descrição da paisagem, da prevalência negra, não comunica muito além da descrição da cor das pessoas, mas para se tomar como dado, todas as pessoas com quem conversei, com quem convivi, enquanto realizando pesquisa de campo, eram negras. A Vila é um espaço negro. Esta taxação axiomática nos desafia a ir um pouco além na tarefa de se entender o fenômeno das punições e justificação coletivos cujo linchamento acaba por ser um dos atos, e começamos nossa proposta por nos debruçar sobre o paradigma da raça.

4.1 A raça

A professora Segato (2013), no seu ensaio “Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder” (Segato, 2013), faz uma observação interessante sobre a produção científica feita a partir do Sul geopolítico. Para ela, apenas quatro grandes teorias nascidas na América Latina alcançaram impacto e reconhecimento no pensamento mundial:

Estas teorias, por sua capacidade de iluminar pontos que não podem ser alcançados senão pela perspectiva localizada – ainda que lançada sobre o mundo -, por sua novidade e rendimento na mudança da compreensão que instalam em seus respectivos campos têm realizado, além disso, essa façanha sem acatar as tecnologias do texto da tradição anglo-saxã nem francesa, que dominam o mercado global das ideias sobre a sociedade a partir da segunda metade do século XX. Também não se submeteram a política de citação dominante, a lógica de produtividade em termos editoriais, ao networking que condiciona o acesso as publicações de mais circulação, ou a imposição da neutralidade científica. São elas: a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Marginalidade que derruba a Teoria da Dependência e mais recentemente a Perspectiva da Colonialidade do Poder. (SEGATO, 2013, pg. 35) (tradução nossa).

Essa observação nos põe como um desafio a ser trilhado pela intelectualidade sensível, de construção de um quadro teórico amplificado e robusto que desate o nó das explicações que têm sido desenvolvidas pela

academia, nos termos da teoria social, para que se consiga fazer do racismo peça chave de explicações de seu funcionamento. Tendo em vista que a realidade racial brasileira, quando compreendida no contexto americano, enquanto uma experiência única pelo tamanho do empreendimento estatal, pela duração da experiência colonial, e pelos mecanismos estatais ativos na contemporaneidade de violência, faz com que se torne inadiável a discussão dentro dos espaços de poder nesse sentido.

Não se trata de “fetichizar” o objetivo de um empreendimento teórico totalizante, que se sobreponha à diversidade de alcances e formas de se explicar a realidade, com base nas configurações raciais dela. Se trata de buscar realizar o esforço de produzir conhecimento fora do que ela colocou como a política de citação dominante, a lógica de produtividade, o acesso à publicação e a imposição da neutralidade científica. Além de opor a tudo isso que, sobretudo, apresente a perspectiva negra como irradiante de discurso, de desdobramentos interpretativos sobre a realidade.

Ao dizer isto, pretendo situar o debate, colocá-lo em perspectiva para o desenvolvimento das reflexões teóricas pretendidas aqui. A trama de fundo de todo o cenário punitivo, que toma conta da sociedade como um todo, mas que corrói com mais intensidade as sociabilidades mais promissoras, comunitárias, onde invariavelmente as pessoas negras estão, é incontestavelmente racial. É o racismo, o grande motor da sociedade moderna e é a ideia de raça central para a multiplicidade de interpretações que têm sido desenvolvidas nesse sentido.

Segato (2013), sintetiza os eixos que compõem a perspectiva da colonialidade do poder desenvolvida por Aníbal Quijano. Para esta pesquisa, nos debruçaremos sobre o conceito de raça e racismo. Quijano (1999) traz que, a ideia de Raça, na perspectiva da Colonialidade do Poder, se consolida como o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos, matéria-prima da construção tanto da América geo-social quanto da metrópole europeia, e do capitalismo moderno (QUIJANO, 1999).

En otras palabras, ella imprime un nuevo rumbo a la lectura de la historia mundial, e impone de tal forma una torsión a nuestra mirada que es posible hablar de un giro copernicano, es decir, de una franca mudanza de paradigma que cancela la posibilidad de retornar a un

momento anterior al de su comprensión y asimilación". (SEGATO, 2013, pg.36)

A interpretação de Rita Laura Segato (2013) contextualiza a perspectiva da Colonialidade e apresenta o escopo dela: a raça, conforme conhecemos, segundo a perspectiva da Colonialidade, reinaugurou a interpretação da ordem mundial por ter sido a América, por meio da experiência colonial, a inventora do que se entende como Europa.

É a ideia de raça que funda as relações capitalistas modernas, a partir da América como entidade geo-social, e inaugura o moderno sistema mundial. Uma economia no mundo capitalista não teria lugar sem América e, por consequência, sem a hierarquização de povos pela concepção de raça. (QUIJANO E WALLERSTEIN,1992)

A abordagem da Colonialidade do poder, considerando a pujança do racismo enquanto exercício de poder (QUIJANO, 1999), apresenta-se de fato imprescindível para explicar os fenômenos sociais e as tendências estatais no mundo. O Brasil não passa ao largo do modelo explicativo que propõe a perspectiva da Colonialidade de Quijano. Todavia, considerando o contexto de produção e surgimento da teoria da Colonialidade, o panorama histórico do Brasil nos informa que, mesmo compartilhando da condição colonial dos países da América Latina, no processo de nascimento da América, o país, em virtude de sua biografia, ocupa um lugar central nesse processo de reordenamento mundial, no qual a América Latina se torna protagonista.

Ainda que a categoria raça seja central para compreensão da composição do Estado brasileiro e sua colocação perante a ordem mundial, temos que considerar que, antes de se tornar o que se conhece como Brasil, a configuração colonial proposta por Portugal para a colônia, após a autorização oficial do tráfico de africanos, recebeu além da exploração e da pilhagem massiva desde o século XV, o contingente de 3,3 milhões de africanos até 1850, quando foi extinto o tráfico de pessoas escravizadas²⁵ (FLAUZINA, 2010). A presença inicialmente destacada como africana, considerando toda sua complexa diversidade, no

²⁵ Os dados foram consultados na dissertação de mestrado de Ana Luiza Flauzina, defendida na Universidade de Brasília, em 2006. Originalmente, os dados constam da pesquisa de Philip Curtin e Marcio Goulart. Existe uma atualização desses dados, que apresentam aumento das estimativas, realizada por pesquisas mais recentes. Ver: <http://www.slavevoyages.org/> (consultado em setembro de 2016).

longo percurso da história e das transformações sociais na nascente sociedade brasileira, passou a ser entendida como presença negra. A cor seria uma digressão dessa tensão racial, das reações internas à imposição das hierarquias raciais na América, principalmente nas colônias que receberam massivamente migrantes africanos escravizados.

A ideia de raça foi aplicada e construída com base na relação que se iniciava com os povos viventes nas terras que se tornariam América. No caso do Brasil, exige-se um exercício de que a perspectiva da Colonialidade, com a raça como impulso inicial da nova configuração global a partir da América, para que alcançasse o que se propunha, tivesse que estar conectada diretamente com a experiência das populações negras na América, e a constante dessa experiência é a violência. Quijano apresenta sua distinção entre raça e cor:

La idea de "raza" nace con "América" y originalmente se refiere, presumiblemente, a las diferencias fenotípicas entre "indios" y conquistadores, principalmente "castellanos". Sin embargo, las primeras gentes dominadas a las que los futuros europeos aplican la idea de "color" no fueron los "indios". Fueron los esclavos secuestrados y negociados desde las costas de lo que ahora se conoce como África y a quienes se llamará "negros". Pero aunque sin duda parezca ahora extraño, no es a ellos que originalmente se aplica la idea de "raza", a pesar de que los futuros europeos los conocen desde mucho antes de llegar a las costas de la futura América.

Durante la Conquista, los ibéricos, portugueses y castellanos, usan el término "negro", un "color", como consta en las Crónicas de ese período. Sin embargo, en ese tiempo los ibéricos aún no se identifican a sí mismos como "blancos". Este "color" no se construye sino un siglo después, entre los britano-americanos durante el XVII, con la expansión de la esclavitud de los africanos en América del Norte y en las Antillas británicas. Y obviamente, allí "white" ("blanco") es una construcción de identidad de los dominadores, contrapuesta a "black" ("negro" o "nigger"), identidad de los dominados, cuando la clasificación "racial" está ya claramente consolidada y "naturalizada" para todos los colonizadores y, quizás, incluso entre una parte de los colonizados. (QUIJANO, 1999, p. 147)

A ideia de raça foi aplicada e construída com base na relação que se iniciava com os povos viventes nas terras que se tornariam América. Todavia existiam elementos para compreender que a ideia de raça já começava também a ser aplicada em outros contextos e feixes relacionais. Por exemplo, aquilo que começava a se entender Europa também começou a se entender desta maneira

por iniciar durante o processo de ocupação da América, também o entendimento dos povos africanos como hierarquicamente inferiores.

Também seria importante considerar a possível sincronia temporal entre a relação que passava a ser desenvolvida entre as colônias asiáticas e as respectivas metrópoles e questionar se de maneira amplificada a criação da América também não foi acompanhada de uma criação maior do “Sul” colonial, e tudo indica que com o fator racial também presente em todos os possíveis casos.

No caso do Brasil, se a hipótese da diferença identitária (africanos-cor (negro) e indígena-raça) se explica pela diferença temporal de um século entre o ápice das escravidões negra e indígena, há indícios para que compreendamos que a perspectiva da Colonialidade, com a raça como esse impulso inicial da nova configuração global a partir da América, só pode ser entendida com este alcance se se considerar que é a migração forçada de africanos, o fiel da balança desta nova ordem mundial, considerando o emblemático caso brasileiro dentro do contexto americano. O Brasil foi o país que mais recebeu a migração forçada de africanos escravizados, mas, também, todos outros países americanos que têm população negra e, por óbvio, os povos africanos, em cuja vigência da colonialidade do poder tem demonstrado a violência do seu pleno desenvolvimento, além dos seus descendentes vivos no país, e marcados indelevelmente pela cor. Assim, ao lermos os conceitos desenvolvidos por Quijano, resta-nos um dilema que ressalta aos olhos.

Nos escritos pesquisados do autor, na ambiciosa perspectiva da Colonialidade do Poder, é perceptível uma determinada atenuação do impacto, para a configuração colonial, da escravidão negro-africana ocorrida de norte a sul na América, no que diz respeito à configuração desse exercício de poder que, considerando o contexto, não é plenamente estatal-moderno ainda, mas também sobre os contra-poderes, as lutas de resistência que foram travadas por todo o continente enquanto as ordens estatais não estavam em sua última forma.

Em complementaridade à ideia de Quijano sobre o papel da raça, também compreendida em seu caráter relacional entre regiões pós colonizadas e colonizadoras no mundo, temos a ideia de necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe (2008), que desenvolve uma reflexão histórica e filosófica, inspirada no biopoder foucaultiano, sobre a questão de soberania nominal do Estado e

examina a possibilidade de realização do sujeito negro em uma ordem que cada vez é mais explícita sobre quem tem o direito de decisão sobre a vida, mas, sobretudo, a morte desse outro “moderno”, e quem é o outro.

Se o racismo se configura com uma violência pela qual se distribui privilégios, capital e humanidade de maneira desequilibrada na sociedade, para que seja compreendido como peça fundamental no enredo social do hoje, é necessário que se desvende de que maneira esse racismo faz funcionar os mecanismos que se entendem dentro da dinâmica social contemporânea.

Assim, em diálogo com a perspectiva da Colonialidade devemos também realizar uma ponte de diálogo com a teoria de Foucault (1990, 2000) sobre o biopoder (1990) que, internamente, apresenta uma ideia divergente sobre racismo daquela que estamos lançando mão. Na teoria da Colonialidade, em que a relação colonial que inaugura o racismo no mundo se baseia na distribuição de poder por meio do uso do conceito de raça, no caso brasileiro, é necessário o olhar teórico que se remete ao controle dos corpos negros e a consideração essencial de que o controle de corpos significa também o controle político de corpos. O linchamento, ao ser entendido como uma prática de grande aceitação social, compreendido como índice do racismo e na sociedade e componente da trama social da violência, encontra-se na exata interseção entre Estado e sociedade, onde os micro poderes determinam as duas direções.

O principal conceito que iremos nos ater é a concepção de biopolítica (Foucault, 1999; 1990; 2000) que perpassa, de uma forma ou outra, toda sua obra.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, e o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. [...]. Na teoria clássica da soberania, vocês sabem que o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais. [...]. Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político. (FOUCAULT, 1999, pg. 285-286).

Em discurso no Collège de France que culminou no livro “Em defesa da sociedade” o autor desenvolve melhor o que seria esse amplo conceito sobre o que é biopoder:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica”.(FOUCAULT, 1999, pg. 289-290)

Quando olhamos para o problema como controle de corpos, de óbitos, remetemo-nos exatamente a tecnologia de poder. É no complexo binário da vida e da morte que se assenta a expressão soberana do poder estatal. Seria importante ressaltar ainda as considerações do autor sobre o estado e o exercício do biopoder mediado pela raça, onde o autor faz um paralelo que acompanha toda sua explicação sobre biopolítica e sobre como o mecanismo do racismo age no funcionamento do biopoder, para o exercício da biopolítica:

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. [...] Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer (FOUCAULT, 1999, pg. 304).

Entretanto, algumas interessantes interpretações sobre os conceitos desenvolvidos por Foucault apontam para um limite quando entendemos o lugar que assume não só a presença africana, na condição de pessoas escravizadas, considerando que a escravidão negro-africana, foi um molde onde se definiu o que é a América. Elucida-nos:

Na concepção do autor, o uso dos corpos no sistema escravista é tão perverso que não pode ser analisado a luz da sociedade disciplinar, pois nessa sociedade há um controle das instituições que regulamentam a disciplina dos indivíduos, enquanto que, no sistema escravista, os indivíduos escravizados estão totalmente submetidos ao controle do colonizador, o que Foucault chamará de micropolítica. Não se deve, no entanto, ignorar que algumas práticas dessa sociedade disciplinar são análogas aos tratamentos que eram praticados contra os escravizados africanos, como por exemplo o

suplício. Segundo Foucault, o suplício é “a arte quantitativa do sofrimento” e que deve obedecer a três critérios; produzir uma certa quantidade de sofrimento; (...) o suplício faz parte de um ritual; é um elemento na liturgia punitiva que deve tornar infame aquele que é a vítima assim como ser ostentoso, deve ser constatado por todos”. Apesar do suplício ser aplicado no sistema prisional, sua prática é análoga às formas de castigo que eram empregadas aos negros no sistema escravista. (PESSANHA,; flor do nascimento, 2018, pg.161.)

O suplício, bem como o cárcere, são meios de controle de corpos permanentes na história dos Estados americanos e, em uma interpretação mais avançada, eles são os próprios condicionantes do surgimento e da manutenção da ordem estatal moderna, e assim, tal como os autores colocam, nos remete pictoricamente, de maneira direta, ao que é o linchamento, no seu caráter público repleto de significados, de violação coletiva ao corpo negro.

No seu texto “Necropolítica”, Mbembe (2008) retoma a perspectiva da política como guerra desenvolvida por Foucault, e aprofunda em sua interpretação a relação entre o racismo e a raça entendida como meio da posição de soberania dos estados modernos, onde fazer morrer e deixar viver são fronteiras (MBEMBE, pg. 20, 2008). Como para Achille Mbembe a raça e o racismo se colocam como centrais na análise do que ele pretende desenvolver como necropolítica, a mudança de perspectiva nesse sentido é o grande norte da concepção de necropolítica e das críticas à Foucault.

Ou seja, o estado e o exercício do poder se dão pelos meios de quem se elege que viverá e como viverá, mas, sobretudo, sobre quem morrerá e como morrerá. Segundo Mbembe (2008), que pretende em seu texto avançar na concepção de soberania como o direito de matar (MBEMBE, 2008), são usados dois conceitos: estado de exceção e estado de sítio. Mbembe se refere ao estranhamento do outro em momentos de crise, que passa a outra categoria de relação: o inimigo.

Este “inimigo”, ainda segundo o autor, é uma categoria de festim porque não existe anteposição que esfaça por completo o outro da sua condição essencial de humanidade, ainda que pertencente ao outro do outro lado da trincheira. O funcionamento do poder estatal moderno, se traveste da eliminação do outro como garantia da própria vida. Mbembe nos coloca que:

La percepción de la existencia del Otro como un atentado a mi propia vida, como una amenaza mortal o un peligro absoluto cuya eliminación biofísica reforzaría mi potencial de vida y de seguridad; he ahí, creo yo, uno de los numerosos imaginarios de la soberanía propios tanto de la primera como de la última modernidad. (...) Lo que estas críticas discuten implícitamente, desde una perspectiva antropológica, es una definición de lo político como relación guerrera por excelencia. También ponen en tela de juicio la idea de que la racionalidad propia a la vida pase necesariamente por la muerte del Otro, o que la soberanía consista en la voluntad y capacidad de matar para vivir. (MBEMBE, 2008, pg. 24-25.)

O lugar deste “outro” pronunciado por Mbembe, assim, encontra relação com o reflexo roubado pela rainha má, descrito por Segato, e já citado anteriormente. É o outro que vive dentro e fora do binômio masculino-agressivo (do qual trataremos mais adiante), além de sua inefável condição racial, e – pela nossa forma de compreender - evidenciado nas cores da violência por agressão do país, e percebido na prática do linchamento.

Essa realidade, retomando o argumento introdutório desta seção, apresentada aqui apenas como revestimento de estofado mais denso e complexo da realidade, posiciona a nós, intelectuais antirracistas de dentro e fora da Universidade, no canto do ringue oposto às negações epistêmicas, mesmo silenciosas, de se fazer do racismo e das categorias raciais, componentes centrais enquanto determinantes do cenário de violência e ordenamento do Estado.

Assim, colocando lado a lado as conversas entre os autores até aqui mencionados, percebemos que, se a América inicia o processo do sistema-mundo, conforme Quijano (1999) previu, é por meio dos conceitos de Necropolítica e seu parentesco teórico com os conceitos foucaultianos sobre biopoder e bio-política, que podemos nos voltar para a realidade racial brasileira, evidenciando os processos sociais advindos da escravização de pessoas africanas, negras, que sistematizaram a forma como o Estado brasileiro funciona.

Mbembe, apesar de citar que Foucault considerou a raça na análise sobre biopoder e soberania, se distancia da maneira como este entende raça fazendo o leitor perceber que, se retiradas as camadas do humano, suscetíveis aos

suplícios bélicos e estatais, na visão dele restará, ainda, a última camada: a raça. Esta camada no fim do processo, seja de exceção ou de sítio, como o próprio autor encaminhou, será o fiel da balança sobre a decisão da morte ou vida, da sua perpetuação, ou da sua responsabilização. Mbembe introduz sua concepção sobre o peso da variável raça nas concepções de Foucault, e a consideração dela para análise da política enquanto guerra contra seres:

Que la raza (o aquí, el racismo) tenga un lugar tan importante en la racionalidad propia al biopoder es fácil de entender. Después de todo, más que el pensamiento en términos de clases sociales (la ideología que define la historia como una lucha económica de clases), la raza ha constituido la sombra siempre presente sobre el pensamiento y la práctica de las políticas occidentales, sobre todo cuando se trata de imaginar la inhumanidad de los pueblos extranjeros y la dominación que debe ejercerse sobre ellos. (MBEMBE, pg. 22, 2008)

Foucault desemboca sua argumentação sobre o papel da raça e do racismo como ferramenta de funcionamento estatal do biopoder, e elegeu como exemplo cabal do funcionamento estatal por meio da raça, o Estado nazista alemão e, além disso, que o surgimento de técnicas de eliminação em massa e de crueldade teria sido adotado do contexto da revolução industrial.

Mbembe (2008) nos traz que não se pode negar que muito antes disso, a escravidão, pensada a partir da experiência na América, indissociável do sistema de produção do grande latifúndio, invariavelmente apresenta indícios de que inicia o processo pelo qual se pode pensar a biopolítica e a necropolítica e relativiza assim o peso estatal sobre a vigência do controle sobre a morte, seguido por Foucault, ainda que compreendido em seus micro poderes:

Todo relato histórico sobre la emergencia del terror moderno debe tener en cuenta la esclavitud, que puede considerarse como una de las primeras manifestaciones de la experimentación biopolítica. En ciertos aspectos, la propia estructura del sistema de plantación y sus consecuencias traducen la figura emblemática y paradójica del estado de excepción." (MBEMBE, 2008, pg. 31)

Por esse viés, o autor nos coloca em frente à necessidade de amplificação do escopo foucaultiano de análise, principalmente pelo seu tônus histórico e seu teor generalizante: a vigência plena dos Estados Modernos europeus para compreender ou para que tornasse inteligível e palpável a ideia de biopolítica. Mbembe reflete:

Finalmente, poco importa que las tecnologías que han desembocado en el nazismo tengan su origen en la plantación y en la colonia o por el contrario -es la tesis de Foucault- que el nazismo y el estalinismo no hayan hecho más que ampliar mecanismos que ya existían en las formaciones sociales y políticas de Europa occidental (el sometimiento del cuerpo, las reglamentaciones médicas, el darwinismo social, la eugenesia, las teorías médico-legales sobre la herencia, la degeneración y la raza). Pero ello no quita que, en el pensamiento filosófico moderno, tanto como en la práctica y en el imaginario político europeo, la colonia representa el lugar en el que la soberanía consiste fundamentalmente en el ejercicio de un poder al margen de la ley (ab legibus solutus) y donde la «paz») suele tener el rostro de una «guerra sin fin»). (MBEMBE, 2008, pg. 36-37)

Se considerado o contexto colonial de surgimento dos Estados, mudando o sinal da equação sobre o que criou ou quem foi criado no contexto de surgimento da América, enquanto embrião de uma nova ordem mundial como sugere Quijano (1999), temos também um novo contexto que, de fato, foge a percepção da guerra ocorrida como momento de resolução extrema, mas, ainda assim, revestida de algum tipo de ordem que enxerga o oponente no mínimo como esta categoria. Este “Outro” dentro da configuração colonial está desprovido de moeda moral e da própria condição humana, submetido à ausência de qualquer regra, completamente à mercê da confluência entre biopolítica, necropolítica, outorgadas pelas configurações raciais, completamente divergentes do contexto europeu que serviram de tecido para o pensamento de Foucault. Segundo Mbembe:

Por todas las razones anteriormente mencionadas, el derecho soberano de matar no está sometido a ninguna regla en las colonias. El soberano puede matar en cualquier momento, de todas las maneras. La guerra colonial no está sometida a reglas legales e institucionales, no es una actividad legalmente codificada. El terror colonial se entremezcla más bien incesantemente con un imaginario colonialista de tierras salvajes y de muerte, y con ficciones que crean la ilusión de lo real. (MBEMBE, pg. 40-41, 2008)

Esta discussão, segundo Mbembe, não se distancia da modernidade, não está estática no tempo passado do contexto de surgimento da América, porque são mecanismos que deram início aos Estados instituídos nela. Ainda que Mbembe se refira em seu texto muito ao contexto das colônias aonde a vigência do sistema escravocrata moldava os meios de produção e a forma como a sociedade se organizava, ele deixa pistas por meios das análises de sistemas

modernos de opressão instituídos politicamente como é o caso ocorrido na Palestina, no regime de Apartheid na África do Sul, e nas guerras ocorridas na região dos Balcãs na década de 1990. E compreendidos dentro do que significa a modernidade tardia que ele traz (Mbembe, 2008), também poderíamos analisar os recentes conflitos mundiais entendidos com a Primavera Árabe, e o grande fluxo migratório para a Europa dos últimos anos.

O racismo não é tema que passa despercebido pelas teorias desenvolvidas pelos cânones brasileiros. E ao dizer isso queremos dizer que a ciência, enquanto campo político, também está posicionada dentro deste jogo. Assim entendemos que a democracia racial, tão bem colocada dentro do campo científico social até meados do séc. XX, encontra a partir daí, dificuldade de se estabelecer no campo científico, e sua transformação em “mito”, conecta-se imediatamente à luta das pessoas negras, antirracistas em geral, mas, sobretudo, às pessoas negras que passaram a fazer parte da academia brasileira, lugar de possibilidades, mesmo exíguas, de ocupar espaço e emitir conhecimento. Pelas mesmas razões não pudemos realizar digressões mais amplificadas sobre a produção que é atinente ao tema amplo do racismo e, em específico, nas várias dimensões da violência a que estão submetidas as vidas e corpos da diáspora negra, fazendo em detalhe esta dissecação das formas de violência a que foram submetidas as pessoas negras ao longo da história e como isto se conecta com a constituição do Estado moderno brasileiro.

Portanto, existe um sem número de discussões com outros autores e autoras brasileiros que trilharam este caminho argumentativo, que tenta recuperar este acúmulo social, que perpassa à linha histórica do país e, em termos sociais, delata a sistemática desumanização perpetrada contra a população negra, da qual a violência – hegemonicamente compreendida difusa em relação à cor dos sujeitos que devem morrer – é um índice não assumido pelo Estado e pouco admitido pela intelectualidade.

Escolhemos, entretanto, algo que está alinhavado com o pano de fundo desta pesquisa, a violência divulgada e convivente das comunidades negras no país, expressa também pela punição coletiva, e justicamento popular. As formas de se entender esta violência começam a se desdobrar, com base também no cenário grave de mortes que acomete invariavelmente a população negra, e se

tornou nos últimos anos e começa a condensar um paradigma científico e social, já discutido pelo mundo afro-diaspórico, como genocídio da juventude negra.

Este genocídio, como previu Abdias do Nascimento (1978), está conectado com todas as dimensões da vida da pessoa negra, neste país. O paradigma passou a se popularizar e por diversos meios, no âmbito da comunidade internacional, passou-se a questionar a responsabilização dos Estados pela sistemática morte de pessoas negras, da qual o Brasil é um dos maiores símbolos.

Ana Luisa Flauzina (2014) nos mostra que este é um conceito que passa a estar em disputa:

A fim de explorar adequadamente esta questão, é preciso reconhecer que o genocídio é uma categoria que não pertence exclusivamente aos restritos circuitos do Direito. Na verdade, o aparente sólido terreno estabelecido pela Convenção de 1948 consiste em um espaço de intensas disputas políticas, no qual a própria noção de genocídio e as questões correlatas levantadas pela criminalização da prática estão em jogo. Essa história de controvérsias pode ser rastreada no próprio processo de conceituação do genocídio e na posterior elaboração da Convenção.” (FLAUZINA, 2014, pg. 122)

Segundo a autora, houve amplo debate para que o conceito de genocídio passasse a ser entendido na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, em 1948, e fosse o mais restritivo possível, a fim de que apenas as mais “sérias” violências que atingissem um povo inteiro fossem apuradas. A disputa do conceito está centrada nas implicações materiais de se ser considerado enquanto povo vítima de genocídio e, por meio da tese da singularidade, a autora mostra que existe um conflito entre se abrir para além da qualificação do genocídio contra o povo judeu, realizado no holocausto.

Assim, dentro deste quadro se insere a presença negra, em que o sistema não consegue aplicar justiça, mas antes a população não consegue se inscrever enquanto vítima:

Visivelmente, tanto a perpetração do crime quanto a passividade do sistema de justiça penal internacional em resposta aos horrores do genocídio têm um impacto especial sobre as comunidades negras, à luz das representações históricas peculiares que enxergam este grupo social como o antônimo de humanidade. Nesse processo, o alto grau de vulnerabilidade em torno da vida negra é cultivado por atos de incontestável terror patrocinados e sancionados pelo Estado que visam

a controlar o que são categorizados como “corpos indomesticáveis”. (FLAUZINA, 2014, pg.135)

Trouxemos parte desta reflexão apenas para evidenciar que outras reflexões têm sido feitas, no âmbito acadêmico e tem colocado e denominado a tragédia de mortes contra a juventude negra como uma das dimensões do genocídio do povo negro e, dessa conceituação, várias digressões têm sido realizadas.

Essa pesquisa, que tenta situar as formas populares de punição coletiva, seus enredos, seus conflitos entre as formas solidárias de viver em diálogo com ações que visam em último grau, minar estas solidariedades, também pretendeu, ao fazer este diálogo teórico, tocar a reflexão sobre as múltiplas faces deste genocídio negro.

É um debate que não se encerra. A violência em suas diversas formas de expressão, é um paradigma pouco explorado, considerando o desenho racial brasileiro, e as formas de interpretação vigentes, que baseiam ações estatais, como políticas públicas, mostram-se insuficientes se entendidas de maneira isolada, fazendo-se necessário o aprimoramento das reflexões sociológicas e filosóficas sobre o racismo, e sobre a centralidade da raça, para a compreensão da violência.

4.2 O império dos homens

A única maneira de parar a guerra é desmontar o mandato de masculinidade. E como se desmonta o mandato de masculinidade? Mostrando aos homens quanto eles são a sua primeira vítima, ou seja, como o mandato de masculinidade vitimiza o agressor, em minha percepção o homem é a primeira vítima do mandato de masculinidade. A pressão sobre ele é extrema e sua infelicidade é maior que a das mulheres. Penso que nós mulheres temos formas de contentamento que o sujeito masculino não tem. (...). Sem o mandato de masculinidade não existe a guerra. É absolutamente demonstrável que por trás da guerra, por trás do sujeito bélico, dos sujeitos para os recursos humanos para a guerra existe esse mandato que exige a espetacularização da potência. (SEGATO, 2017)

Se a raça e as implicações de sua vigência enquanto vetor do poder e dos destinos da morte e da vida em nossa sociedade são pontos inevitáveis de um debate sobre as desigualdades em nosso país, temos também que nos voltar para um outro ponto teórico importante que não surgiu até aqui como categoria que guiou o trabalho de campo, mas que se mostrou como evidência presente em todos os momentos que foi o fato da prevalência absoluta dos homens enquanto ocupadores dessa cena que descrevi no capítulo anterior.

A violência urbana é eminentemente masculina. Se a morte física é tomada como parâmetro, as mortes violentas são causadas e sofridas em sua maioria por homens, conforme dados que apresentamos na Introdução desta dissertação. Não só os dados alarmantes trazidos, mas o fato de que, com poucas exceções, as cenas de violência, as conversas e acordos sobre o que acontece na comunidade, aos quais tive acesso, sobre o que cerca o tema da violência e as represálias que o linchamento significa localmente, estão e têm destino certo quando se trata do gênero das pessoas. São os homens os ocupantes principais do lar além das paredes, das ruas e esquinas, e dos estabelecimentos em que se conversa e que se toma parte coletiva sobre os problemas comunitários, de indivíduo ou de fato que agride aquilo que é entendido por eles como ordem, como um ataque à comunidade moral (Segato, 2006).

Foi também essa condição de ser no mundo que me permitiu ter acesso, ouvir, por ser compreendido como alguém como eles, ainda que sob a desconfiança cômica de ser um policial, ou não merecedor do espaço do grupo no aplicativo de mensagens. Mas tentei olhar para os questionamentos que se avolumavam desde o início dos trabalhos. O maior deles era sobre como poderia uma comunidade como a Vila, cujo os laços comunitários são tão fortes, nos remetendo ao lugar tradicionalmente central das mulheres negras na construção destes laços de sociabilidades, próprias dos nossos quilombos e periferias, ser ao mesmo tempo tão controlada por homens, compositores na construção de verdades morais e éticas do bairro, cuja a punição coletiva - o linchamento - seria a medida exata a ser paga pela quebra destes códigos.

Mesmo os casos em que mulheres haviam sido vítimas, elencados no capítulo 3, na verdade a trama girava em torno do ser masculino. Os homens se

reuniam para punir outros homens que tinham atentado contra vida de Maria. A mulher que se juntou a outra mulher para matar uma terceira, foi por conta do relacionamento com um homem, e ela foi linchada por homens que pertenciam a uma facção criminosa que controlava o bairro.

O que se entende por masculinidade pode adquirir no tempo muitas definições. Entretanto, Connel (1995) ressalta que esse conceito é relativamente recente. Após sintetizar os tipos de conceitos sobre masculinidades, a autora faz uma ponderação interessante sobre um ponto de partida para um possível conceito generalista de masculinidade:

En lugar de intentar definir la masculinidad como un objeto (un carácter de tipo natural, una conducta promedio, una norma), necesitamos centrarnos en los procesos y relaciones por medio de los cuales los hombres y mujeres llevan vidas imbuidas en el género. La masculinidad, si se puede definir brevemente, es al mismo tiempo la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura. (CONNEL, pg. 6, 1995).

O caráter relacional se expressa por diversos meios. Um desses modos de captar como as relações de gênero desenham os papéis dos homens e das mulheres em uma comunidade, é o fato de que, na minha pesquisa de campo, interagi, na maioria das vezes, no espaço das esquinas, das calçadas, do bares, ou seja, sempre o espaço público, onde invariavelmente, além de estarem em maior número, era como se os homens estivessem mais à vontade, por estarem falando entre os seus, na sua confraria.

Segato (2016), no capítulo “Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres”, do Livro “Guerra contra las mujeres”, traz uma reflexão importante que vai ao encontro do que percebi no campo:

Donde hay comunidad la mujer está más protegida. Lo que ocurre en el tránsito a la modernidad es esa captura colonial del hombre no blanco y una caída abrupta del espacio doméstico en valor y en politicidad. Eso lo vemos ocurrir, es casi visible en algunos bolsones, en algunos espacios.

En el mundo comunitario tenemos dos espacios. Por un lado, el espacio público. ¿Monopolio de los hombres? Sí. ¿Con mayor prestigio? Sí. ¿Solo el hombre habla ahí en el espacio público? Sí, en muchísimas sociedades tribales. Y por otro un espacio doméstico, con menos prestigio, pero político, dotado de politicidad, no íntimo, no

privado. ¿Cómo es político el espacio doméstico? Cuando se nucleariza la familia, cuando el espacio doméstico pasa a ser aquella cápsula entre cuatro paredes, mamá, papá y nenes, también se despolitiza. Esto se ve en el mundo indígena. Antes, la comunidad tenía su espacio doméstico atravesado por decenas de personas mirando a todo el mundo. No existía, como existe entre nosotros, la noción de vida privada, la idea de proteger la privacidad, ese valor de lo privado que es plenamente moderno, plenamente individualista. No existía lo íntimo, lo que no se puede ver, no existía esa visión de las cosas. Ese ojo colectivo se pierde con la familia nuclear. La modernización, el individualismo, la nuclearización de la familia, hay en todo eso una caída abrupta del valor del espacio particular, del espacio doméstico, que se vuelve un espacio íntimo y privado. Antes no lo era. (SEGATO, pg167-168, 2016)

A vida comunitária da Vila por esse ponto de vista, e situando-a dentro do contexto racial-colonial, comporta um caráter híbrido entre a “modernidade branca”, que engessou o espaço privado, por meio dessa cápsula nuclear familiar; e o mundo comunitário onde a mulher está mais protegida por não existir uma cisão plena entre público e privado. O que podemos entender, no caso de uma periferia negra, urbana e periférica que é a Vila, como esta intensa troca entre seus membros, nos meios pelos quais ainda se preservam solidariedades internas da comunidade, seus rituais e o olhar para a manutenção da vida não individualizada.

Por outro lado, ainda que no meio do caminho entre a modernidade individualista branca e o comunitarismo solidário não-branco, a Vila é um lugar cujos homens são que têm o poder de direcionar seus esforços para controle moral, para defesa “física” do bairro.

É preciso aprofundar então a reflexão sobre as relações de gênero entrelaçadas com as condições raciais e coloniais que se desenvolveram na vila, na ilha, no país. Segato (2016), nos apresenta sua compreensão do encontro entre as masculinidades entendidas dentro do contexto racial:

Por otro lado, es precisamente la captura de una masculinidad con prerrogativas ya previamente existentes por la masculinidad blanca y rapiñadora del mundo del conquistador lo que hace posible la propia conquista, pues el hombre no blanco, en su derrota militar, acaba funcionando como la pieza bisagra entre los dos mundos, es decir, como el colonizador dentro de casa. Dividido por un conflicto de lealtades entre su mandato de masculinidad y su conexión con su comunidad y red de parentesco, acaba emulando dentro de casa la agresividad viril del vencedor y es él quien va a transferir la violencia apropiadora del mundo que llega hacia el interior de las relaciones de su propio mundo. SEGATO, Pg. 93, 2016)

O conflito entre o lugar masculino do homem negro, existente antes desta masculinidade branca rapinadora do mundo, e o próprio resquício de privilégio doado pela masculinidade branca vencedora, precisa ser relativizado, quando se pensa nessas relações para além do espaço privado relatado por Segato. No âmbito da rua, onde entendi que os homens negros exercem um papel aparentemente maior em suas comunidades, é preciso compreender como essa potência bélica, da agressão viril, do mandado de masculinidade, tem ocorrido em comparação com outras masculinidades e como elas se relacionam, compreendendo como cada uma exerce suas potências, no contexto de uma sociedade racista.

Connell (1995) ressalta que as masculinidades entrecortadas pelas relações de gênero, de raça/cor, de classe, também criaram desdobramentos plurais de cada interação e cada processo histórico nos quais estão inseridas as relações entre homens e mulheres. Auxilia-nos Connell, com base na profunda hierarquização racial que temos em nossa sociedade:

Las relaciones de raza pueden también convertirse en una parte integral de la dinámica entre las masculinidades. En un contexto de supremacía blanca, las masculinidades negras juegan roles simbólicos para la construcción blanca de género. (...) Aunque el término "marginación" no es el ideal, no puedo utilizar uno mejor para referirme a las relaciones entre las masculinidades en las clases dominante y subordinada o en los grupos étnicos. La marginación es siempre relativa a una autorización de la masculinidad hegemónica del grupo dominante. Así, en Estados Unidos, algunos atletas negros pueden ser ejemplares para la masculinidad hegemónica. Pero la fama y la riqueza de estrellas individuales no tiene un efecto de chorreo y no brinda autoridad social a los hombres negros en general. (CONNEL, pg. 15, 1995)

Os estudos sobre as masculinidades negras, entendidos dentro deste paradigma da masculinidade que trouxemos à baila, são recentes, entendendo também que muito recentemente os homens negros passamos a ocupar o espaço de fala por dentro das universidades. Entretanto, o homem negro há algum tempo já é entendido como grupo a que se deve atenção. É preciso apontar que:

Embora no Brasil haja pouquíssimos trabalhos tratando especificamente da masculinidade negra, esta masculinidade sempre foi motivo de preocupações por parte de intelectuais das mais diversas áreas do pensamento social brasileiro desde pelo menos o final do século XIX. Para estes pensadores os homens negros eram motivos de desconfiança e temor, e este temor foi constante no decorrer da História do Ocidente, desde que os europeus fizeram os primeiros contatos com o continente africano. (SOUZA, 2013, p.100 apud RESTIER; SOUZA, pág. 25., 2019)

Essa “desconfiança e temor” contra os homens negros é a expressão das expectativas institucionais que passaram a ganhar volume com a sofisticação do Estado brasileiro nos últimos séculos. O jogo de sinais que vige na sociedade quando entendemos o cruzamento entre as relações de gênero e raça, tornam-se insuficientes para analisar determinados aspectos da realidade social.

Quando voltamos para o micro universo que eu me dediquei a investigar, o de São Luís, da Vila, pude entender que são frágeis, naquele contexto, as explicações de assimilação ou negociação pela derrota, dos lugares estabelecidos e gerais dos homens, uma vez que, além da configuração racial da Vila, da ilha e do país, também constam fenômenos internos, que são de uma vez produtos e produtores dessas configurações de gênero e raça gerais, fazendo da vida pública/privada um binômio parcialmente questionável, em razão de também ser a Vila uma comunidade ética, própria, em determinados sentidos contra estatal, já que parte da vida, parte da solidariedade, da auto preservação, do não individualismo. Dentre esses fenômenos internos, constam toda a gama de fatos e tramas que visam o castigo, a punição, controle da vida coletiva mediante uma ameaça que os homens controlam e ocupam do começo ao fim a cena.

5. Considerações finais

É até engraçado você falar isso. Teve uma vez que eu estava saindo de uma atividade do CCN sobre violência contra a juventude. Quando sai de lá, entrei dentro do ônibus pra saltar no Centro. Quando chegou ali na parada do Parque Bom Menino, um cara entrou no ônibus para assaltar, o motorista conseguiu reagir se embolou com o “pequeno”, puxaram esse cara para fora do ônibus, e o pau comeu. E te confesso, bati nele também. Mas não tinha pensado nisso até agora. (Depoimento de um militante negro jovem, 2018)

Essa fala é a de um jovem universitário, militante negro, que saía do Centro de Convivência Negra (CCN) do Maranhão no bairro João Paulo numa determinada ocasião e dirigia-se de ônibus para o centro de São Luís, quando participou de um linchamento. Eu contava a ele, antes de ele me relatar este caso, sobre quais eram, naquela altura, as minhas impressões conclusivas sobre o trabalho de campo que eu tinha realizado.

O olhar dele se perdeu naquela última frase, pois encontrou a incoerência - o fato de, na história relatada, ele ter saído de uma atividade política que refletia justamente sobre violência contra juventude negra e depois ter participado de um linchamento – que pode estar em muitos outros, militantes políticos ou não.

Pelo que pude perceber, várias foram as vezes que as pessoas ao relatar os casos fugiram desse lugar reflexivo que estava por vir, (e que veio para do jovem da epígrafe) e apresentou todos os argumentos também já colocados por outros autores que estudaram o tema. A população “não crê nas instituições”, está “cansada de violência”, está “revoltada com a impunidade”, com a “falta de segurança”. Estas frases estiveram em falas como a de Hércules, e em tantas outras.

Nesta pesquisa fui desafiado a perceber que o dito e o não dito podem até parecer antagônicos, mas convergem para algum lugar comum. Desconfiava, antes de começar a pesquisa, que os linchamentos ocorridos nas comunidades, neste caso a Vila, portavam além do fato físico, sentidos e crenças sobre a punição, justiça, sobre a conjunção entre corpo e racismo, e que isso poderia estar evidente olhando para outros pontos daquela vida comunitária.

No processo de amadurecimento da pesquisa, percebi que deveria me aproximar da vida comunitária justamente fora deste momento tenso do castigo, que inclusive, não estava disponível, não era um evento disponível, com data marcada, o que me colocou frente ao dilema sobre a forma como intervir, se escolher entrevistas com perguntas semi-dirigidas ou se grupo focal, ou se a etnografia, que acabou sendo a minha escolha. E foi a forma que me possibilitou ver além.

De fato, a cena do linchamento é quase sempre um evento final e abrupto que é precedida na grande maioria dos casos por um enredo anterior. Nem sempre esse enredo segue uma forma e chega em seu ato final, mas comunica intenções, e concepções sobre o que as pessoas desejam que aconteça, e em quais circunstâncias. Desta maneira, convergir o que foi catalogado para uma tipologia dos linchamentos, na própria Vila, em contraste com o que ocorreu em outros locais de São Luís, ou mesmo fora dele, se tornaria uma empreita repleta de apêndices de exceções.

É fato, os casos mais comuns que os moradores relatavam de terem visto ocorrer na Vila, era de linchamento motivados por (1) assaltos e roubos (2) ocorridos no centro comercial de São Luís (3) cometidos por homens (4) que tentavam atravessar a Vila para alcançar bairros mais periféricos, onde provavelmente os mesmos moravam.

Mas do lado disto está o não dito. Está tudo o que pude perceber no convívio e escuta das falas coletivas no bairro que não exatamente estava conectada com a cena do linchamento, mas estava firmemente ligado com a defesa dos laços de solidariedade, da autoafirmação enquanto comunidade por meio de uma espécie de “vigilantismo de boa vizinhança”, que acontecia nos bares, nas esquinas, nas calçadas. E isto comunicou-me muito.

Entendendo a comunidade da Vila como uma comunidade negra como tantas outras, vestida com uma armadura (antiga) contra seu desfalecimento, defendendo a vida de um morador enfermo com futebol ou linchando um suposto ladrão, são apresentados elementos importantes para que a Vila e muitas outras, sejam as protagonistas para as possíveis saídas interpretativas para os problemas correntes da sociedade. Caso contrário, o justicamento popular, no

caso do linchamento, entendido e interpretado apenas como ação violentamente efêmera, uma barbárie inerente às multidões, de alguma forma reafirma para estas mesmas comunidades, para o “povo”, os mesmos pressupostos que guiam violentamente as ações estatais: sua infertilidade resolutiva, sua incapacidade de gerir a sua vida e sua própria manutenção moral.

É na complexificação de fenômenos como o linchamento, que percebemos que as comunidades falam de diversas formas, nem sempre isto fica explícito nas pesquisas que vão às comunidades morais não-hegemônicas. São essas pistas investigativas que vão fazer com que se exponha os choques entre comunidades morais e Estado, o que seria o gérmen de pluralidades jurídicas e, conseqüentemente, o início do fim do monolitismo estatal. Este choque entre morais que ousam nascer ou existir nos seios das comunidades periféricas, negras, indígenas com o Estado é também causa de mal-estar e no meu entendimento está sintetizado no que quis nomear de paradoxo de Vani, que dá título a esta Dissertação:

Primo, mas é aquilo... senti tanta raiva, quando me roubaram. Uma vez um velado passou aqui na rua, tinha um pessoal estranho, sabe? Arrocharam eles bem aí no muro de Clóvis, deram tanto nesses “pequenos”... Pois eu não aguento ver não. Mas que tem uns que merecem apanhar, merecem sim. Numa situação dessa que aconteceu comigo, não queria ver não, mas queria que acontecesse sim...

Vani nesse relato estava me contando sobre um dia que foi assaltada, chegando em casa a pé. Me contou do ódio que sentiu quando eles arrancaram o cordão de ouro que ela tinha no pescoço. Fala também de um dia que dois garotos foram abordados de maneira violenta a poucos metros de sua casa, às vistas de todos. Vistas essas que ela renunciou. Ela me contava que ficava comovida quando acontecia um linchamento, ou algo do tipo, mas ao mesmo tempo acreditava que quem rouba merece a punição no corpo, seja dada pela polícia ou pela multidão, na forma de linchamento.

O relato de Vani me colocou intrigado. A fala que suscita algum tipo de discordância com a prática de linchamento foi muito rara entre os moradores da Vila. Ela conta que era complicado ver um jovem sendo espancado, que logo ela

pensava no sobrinho dela, que estava crescendo. Então, as cenas desvelam essa coabitação de sentimentos e sentidos, de morais internas e externas, que se afastam e aproximam, a depender de como as pessoas estão situadas na comunidade e o tipo de relação que elas têm com aquela cena.

A justiça, de fato, não foi uma palavra fácil de ser ouvida em todas essas histórias e concepções expressas pelos moradores da Vila Passos, tendo como pano de fundo os casos de linchamentos como guia reflexivo. Entretanto, é nesta nuvem nebulosa de sentimentos, expressos em parte pela fala de Vani, e nos olhos perdidos do jovem militante negro, cujo depoimento inicia esta seção, que parece se encontrar alguma saída para o engendramento de processos próprios de exercício coletivo de justiça, e não de justicamento, como o linchamento se mostra. É a solidariedade existente na comunidade, uma possibilidade para reconstruir caminhos que possam resgatar a compreensão surrupiada das comunidades morais subalternas de que não existe circunstância que apague a humanidade de qualquer um dos seus membros.

Assim, seria um caminhar, por parte destas comunidades que sai da presunção de que o corpo negro e jovem merece, ao menor sinal, o suplício para um lugar em que qualquer pessoa merece, ao menor sinal, a decisão coletiva de que aquela vida é organicamente essencial para aquela comunidade. Entretanto, no meio desse caminho tortuoso, para que se alcance a possibilidade de pluralidades jurídicas, de flexibilidade estatal, existe muito o que se interpretar em uma sociedade marcadamente racializada e patriarcal, que apresenta processos que vão conjugar essas qualidades em muitos momentos.

Pelo que me foi possível visualizar no campo, era incontornável o fato de a Vila ser uma comunidade negra e, invariavelmente, destinar um lugar cativo aos homens nos seus processos endógenos de defesas dos laços comunitários, de proteção da moral e de ação corretiva caso essa ordem esteja ameaçada. Essa comunidade, olhando para estes aspectos, se insere num quadro mais amplificado de interpretação, onde o Estado impõe sua organização, sua violência, e impõe as relações com a sociedade.

É o Estado o agente principal da necropolítica dos mandatos de masculinidade. Mas é o Estado agente que funciona além da polícia, além das

ausências, na forma de política pública, das presenças na forma do encarceramento, da polícia. O Estado passa por dentro dos espaços da sociedade, onde se constroem e se cultivam mentalidades. É aí que se subtrai o espelho da rainha má, é aí que a sociedade venera o ódio ao “outro”, nomeado pelo Estado, mas que na verdade é parte constitutiva da própria sociedade. Somos nós mesmos. É a sociedade a própria metáfora dos linchamentos que acompanhei. Homens, que foram ensinados a venerar entre si o lugar do masculino, que destroem “outros” homens, além das mulheres. A eliminação física é um resultado do ato, mas é a pedagogia da crueldade, possível de ser vista na cena de linchamento, nas teias que tratam da punição corpórea, o grande transmissor desta crença. Essa pedagogia ensina que existe um mal a ser combatido, mas que na verdade, esse “mal” é parte constitutiva de nós mesmos, tem família, tem casa e a comunidade que pune, que quer sua eliminação, sabe de tudo isso. Não é pelo bem roubado, não é pela agressão do assalto. É porque esta é a ordem a ser seguida. Para a satisfação e conforto existencial entre os homens.

Entretanto, é a população negra o público alvo desta fraude do reflexo do espelho da rainha má, empreendida pelo Estado. São os homens negros integrantes de comunidades que, ainda que estejam voltando a fortalecer seus próprios laços ontológicos principalmente nos últimos 40 anos, vêm sendo fragilizadas há séculos, são as vítimas numéricas do racismo. Se, do número que gira entorno de 60 mil pessoas mortas por agressão no ano no país fosse possível contabilizar sem subnotificação a quantidade de mortes promovidas pela polícia, ainda se teria um número epidêmico de mortes. E nesta digressão ressalto apenas o efeito último: são homens negros mortos em sua grande maioria. Os estudos sobre violência, que têm se voltado para o problema último do alto número de homicídios, focam suas argumentações nas atuações ativas do Estado, por meio das ações das forças de segurança pública, ou focam na interlocução entre o tráfico de drogas, a agência das facções criminosas, e a falsa ideia de epidemia de uso de drogas ilícitas. Esses fatores ainda não dão conta da explicação volumétrica das mortes de homens jovens negros no país.

Esta dissertação me mostrou, em uma reflexão amplificada, algumas camadas distante dos linchamentos e sistemas punitivos percebidos na Vila e na

Ilha, que existe um flanco explicativo a ser explorado pela academia, ao se debruçar sobre os homicídios, que deve considerar os homens negros como os principais manipulados pela falsa ideia de que participando do jogo do patriarcado estatal, onde homens se afirmam no mundo pelo exercício de suas potências inerentes, eles poderiam se afirmar enquanto seres humanos. Entretanto, no caso dos homens negros o seu mandado de masculinidade é vazio de potências. A única que lhe fora outorgada pela falsa ideia de patriarcado, do exercício do mandato de masculinidade, é a potência bélica (Segato, 2016). A potência que mutila mulheres, que promove as mortes de nós mesmos, homens, no volume que acontecem.

Essa potência bélica, que violenta e elimina os homens negros, é o próprio anseio do Estado, é a evidência de que, considerando que o empreendimento estatal surge e se sustenta por ser violento, é a violência o conector entre Estado e sociedade. Neste sentido, o Estado atravessa as pessoas, as coletividades, e as ordens contra hegemônicas existentes antes do Estado e resistentes desde o início desse. O linchamento, em suas variadas formas de manifestação, não deixa de ser, assim, parte desse empreendimento estatal de minar as possibilidades de existir em uma arquitetura social não impactante, genuinamente diversa, de moralidades e éticas que, de fato, conseguem abarcar os indivíduos de uma comunidade, os conflitos internos desta comunidade, mas também os mecanismos próprios de existência e continuidade comunitária.

Portanto, o linchamento entendido na perspectiva apresentada neste texto é um convite a entender parte dos problemas relacionados às violências existentes na sociedade, a partir de suas cores e gêneros. Considerando esses pontos de partida, da vigência do racismo e do patriarcado, o paradigma dos Direitos Humanos, enquanto campo de estudo no Brasil, passa a se fortalecer e trilhar rotas de explicação transformadoras para os problemas sociais, por serem realizadas em conjunto com as comunidades contra hegemônicas, por meio do diálogo sensível e intenso com a vida íntima das nossas múltiplas comunidades morais, tensionando o poder estabelecido, o status quo político do qual as Universidades fazem parte, abrindo brechas irreversíveis. Esse trabalho tentou caminhar por essa trilha. São sempre passos políticos os passos que damos dentro dos espaços de poder, como é a universidade.

Esse é justamente o caminho contrário que, nesses tempos sombrios, a sociedade vem tomando. Tempos em que as dificuldades de se produzir conhecimento na área de Direitos Humanos se somam às disputas discursivas sobre esses direitos, contaminadas por desonestidade e ódio e fomentadas pelo poder. É esse ódio contemporâneo também que faz com que o fenômeno do linchamento, seja hoje uma via tomada pela população. Propor nem que seja uma pequena contribuição para girar as perspectivas de mirada de problemas da natureza dos linchamentos, do racismo e do patriarcado no país é uma vitória. É um sinal de que devemos continuar neste caminho, de luta pela efetivação de direitos humanos.

Referências Bibliográficas

A PRIMEIRA pedra. Documentário. Direção: Vladimir Seixas. Rio de Janeiro. TV Futura. 60 min. 2018. Disponível em: <http://www.futuraplay.org/video/a-primeira-pedra/424810/>. Acesso em 23.11.2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Linchamentos: atos de justiça camponesa entre a humanização da penalidade e a desumanização do indígena. Justiça Privada e Tribunal. Coleção Direito e Campesinato. São Luís, v. 2, p. 85-132, 1997.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 236p.

BENEVIDES, Maria Victoria; FISCHER, R. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 10º Anuário brasileiro de segurança pública. 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Consultado em 06 de julho de 2017.

CABRAL, Antônio Maria Santiago. São Luís: itinerário das minhas lembranças, Editora Agbook, São Paulo, 2013.

CASTILLO CLAUDETT, Eduardo. La justicia en tiempos de la ira: linchamientos populares urbanos en América Latina. 2000.

CECCONELLO, Karen et al. A justiça não tarda, mas falha: a criminalização da pobreza nos casos de linchamentos. 2015.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência 2017. 2017.

CLAUDE, d'Abbeville et al. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhaças. 1874. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221724>>. Acesso em 10 de ago. 2018.

COMISIÓN Nacional de los Derechos Humanos del México. Informe Especial sobre los Linchamientos en el Territorio Nacional. 2019. Disponível em:

http://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/Informes/Especiales/IE_2019-Linchamientos.pdf. Acesso em: 11.06.2019

CONNELL, Robert W. et al. La organización social de la masculinidad. 1997. Disponível em: https://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documentoal/Identidad_masculina/la_organizaci_n_social_de_la_masculinidad.pdf. Acesso em 10 de abr. 2019.

COSTA, Yuri. A outra justiça: a violência da multidão representada nos jornais. EDUFMA, 2008.

CUTRIM, Liliane. Acusado de triplo homicídio é linchado após matar filho de ex-prefeitos de São João do Soter. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/sao-joao-do-soter/noticias/2018/07/01/suspeito-de-triplo-homicidio-e-linchado-apos-matar-filho-de-ex-prefeitos-de-sao-joao-do-soter.shtml> Acesso em: 20/10/2018

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de et al. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Anuário Antropológico. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2008, 2007.

ESPANCADO por populares, assaltante morre no hospital em São Luís. 2018. Disponível em: <http://maranhaonoticias.com/portal/espancado-por-populares-assaltante-morre-no-hospital-em-sao-luis/> Acesso em: 06 de out. 2018.

FAMÍLIA de homem linchado no Maranhão é retirada de cidade por motivos de segurança. 2018. Disponível em: <https://centraldenoticias.radio.br/5562-2/>. Acesso em: 05 de out. 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As Fronteiras Raciais do Genocídio/The Racial Boundaries of Genocide. Revista Direito. UnB, v. 1, n. 1, 2014.

_____. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2010. Dissertação de Mestrado.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315, 1999.

_____. Genealogía del racismo. Altamira, 1976.

_____. Microfísica do poder. In: Microfísica do poder. Graal, 1990.

HOMEM é confundido com assaltante e sofre tentativa de linchamento em São Luís. 2018. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2018/03/05/homem-e-confundido-com-assaltante-e-sofre-tentativa-de-linchamento-em-sao-luis/>.

Acesso em 18 de out. 2018.

HOMEM é vítima de tentativa de linchamento na Forquilha. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2018/03/05/homem-e-vitima-tentativa-de-linchamento-na-forquilha.shtml>. Acesso em 06 de mar. 2018.

IBGE, Censo Demográfico, 2010.

JESUS, Matheus Gato de. Racismo e decadência: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

LINCHAMIENTOS en Venezuela aumentan 650% en 2016. 2017. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/linchamientos-alza-venezuela/>.

Acesso em 10 de out. 2018.

LINCHAR. In: DICIONÁRIO Michaelis da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/linchar/>. Acesso em 8 mar. 2018.

MACHADO, Josué. O linchamento e a Pecadora: os usos do verbo “linchar”, sua origem espinhosa e o destino da mulher apanhada no pulo. Revista Língua Portuguesa, Ano 1, número 11, p. 62-64. 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Parábola, 2008.

MARTINS, José de Souza. Linchamentos: a justiça popular no Brasil. Editora Contexto, 2015.

MBEMBE, Achille. “Necropolitics”. In: MORTON, Stephen; BYGRAVE, Stephen. Foucault in the Age of Terror: essays on biopolitics and the defense of society. New York: Palgrave MacMillan, 2008, p. 152-182.

MORADORES destroem delegacia atrás de suspeito no Maranhão. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/moradores-destroem-delegacia->

atras-de-suspeito-no-maranhao/n1237621540084.html. Acesso em: 20 de jan. 2019.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana: livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2010. v. 1, p. 32-33

MOURA, Tatiana Whately de; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN: junho de 2014. Brasília: Ministério da Justiça, p. 105-128, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em mar. 2017.

MP denuncia mais 33 pessoas por atos de vandalismo em Cururupu. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2009/10/20/mp-denuncia-mais-33-pessoas-por-atos-de-vandalismo-em-cururupu/>. Acesso em: 20.jan.2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Paz e Terra, 1978.

NATAL, Ariadne Lima. *30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo-1980-2009*. 30. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

PESSANHA, E. A. ; flor do nascimento, wanderson . *Necropolítica: estratégia de extermínio do corpo negro*. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB, v. 3, p. 149-176, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4327>. Acesso: 23.04.2019

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POLÍCIA prende suspeitos de praticarem linchamento. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/miranteam/noticias/2018/07/20/quatro-suspeitos-de-praticarem-linchamento-sao-presos.shtml>. Acesso em: 15/09/2018.

POLICIAIS não conseguem conter população e suspeito de assassinato é linchado. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/jmtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/policiais-nao-conseguem-conter-populacao-e-suspeito-de-assassinato-e-linchado/6834381/>. Acesso em 06 de out. 2018.

POPULARES irados atacam delegacia para linchar acusado e 25 presos fogem em Cururupu, no Maranhão. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/populares-irados-atacam-delegacia-para-linchar-acusado-25-presos-fogem-em-gururupu-no-maranhao-3134489>. Acesso em 20 de jan. 2019.

POR ciúmes, mulher mata jovens a facadas. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2018/01/26/por-ciumes-do-marido-mulher-mata-adolescente-a-facadas.shtml>. Acesso em 04 de abr. 2019.

QUIJANO, Aníbal. ¡ Que tal raza!. Revista Ecuador Debate, n. 48, 1999.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. Revista Internacional de Ciências Sociales, v. 134, 1992.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In RESTIER, H.; SOUZA, Rouf Malungo de (Org.) Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. Ciclo Contínuo Editorial, 2019. 232p. São Paulo. 2019.

RIBEIRO, Luziana Ramalho et al. O que não tem governo: estudo sobre linchamentos. 2011.

SANTOS, Valéria Oliveira. Mortes, trajetórias e reputações: um estudo antropológico das repercussões de um linchamento. 2004.

SEGATO, Rita Laura. Conferencia de Rita Segato: Instituciones y vulnerabilidad: Pensar la política en clave femenina (1:47:35). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ICdXyrdeWvY> Acesso em: 02.06.2018

_____. Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos humanos. Mana, p. 207-236. 2006.

_____. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda. Prometeo Libros, 2015.

_____. La guerra contra las mujeres. Traficantes de Sueños, 2016.

_____; ÁLVAREZ, Paula. Frente al espejo de la reina mala: docencia, amista e autorización como brechas descoloniales em la universidad. A Salir em Cuadernos para el Debate, Instituto Gaspar Varsavsky, Córdoba, ADIUC: n° 02, 2016.

SINHORETTO, Jacqueline. Linchamentos: insegurança e revolta popular. Revista Brasileira de Segurança Pública, p. 72, 2009.

_____. Os justiçadores e sua justiça. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, Lídio de. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. Análise Psicológica, v. 17, n. 2, p. 327-338, 1999.

_____; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). Psicologia Política, v. 2, n. 4, p. 249-266, 2000.

SOUZA, Rouf Ribeiro de. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. Revista Antropolítica, n. 34, p.35-52. 2013.

SUSPEITO de assassinar é linchado e morto no Maranhão. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/policiais-nao-conseguem-conter-populacao-e-acusado-de-assassinato-e-linchado-no-maranhao.ghtml>. Acessado em 05 de out. 2018.

SUSPEITO de homicídio é linchado na cidade de Araiões. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/araioses/noticias/2018/06/26/suspeito-de-homicidio-e-linchado-na-cidade-de-araioses.shtml>. Acesso em 06 de out. 2018.

VIEIRA, William. Família de homem linchado em Araiões no Maranhão é retirada da cidade por motivos de segurança. 2018. Disponível em: <http://www.blogdowillianvieira.com.br/2018/06/familia-de-homem-linchado-em-araioses.html> Acessado em: 05 de out. 2018.

VILAS, Carlos María; TORRES-RIVAS, Edelberto. Linchamientos, barbarie o justicia popular?. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2003.

VILAS, Carlos María; TORRES-RIVAS, Edelberto. Linchamientos, barbarie o justicia popular? Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2003.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo. Rio de Janeiro,.FLACSO/CEBELA, 2016.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios. Rio de Janeiro,.FLACSO/CEBELA, 2012.

ZIZUMBO-COLUNGA, Daniel. Crime, Corruption and Societal Support for Vigilante Justice: Ten Years of Evidence in Review. AmericasBarometer Insights, 2015.